

Legislação Federal referente à Fauna e aos Recursos Pesqueiros

(Última atualização: 28/10/2025)

Nota Explicativa: Os documentos contidos nesta base de dados têm caráter meramente informativo. Somente os textos publicados no Diário Oficial estão aptos à produção de efeitos legais.

FAUNA SILVESTRE

Constituição Federal	Leis Complementares	Leis	Outras Leis
Decretos Federais e Legislativos	INs (MMA)	INs (Ibama)	INs (ICMBio)
INs (MAPA)	INs (Outras)	Portarias (MMA)	Portarias (Ibama)
Portarias (ICMBio)	Portarias (MAPA)	Portarias (Outras)	Resoluções Conama
Resoluções CFMV e CFBio	Resoluções Concea	Resoluções (Outras)	Patrimônio Genético, OGM e outras

RECURSOS PESQUEIROS

Decreto-Lei	Leis	Outras Leis	Decretos
INs (MMA)	INs (Ibama)	INs (MAPA/MPA/SEAP)	INs (Outras)
Portarias (MMA/Ibama/ICMBio)	Portarias (MAPA/SEAP/MPA/MDIC)	Portarias (Outras)	Resoluções Conama
Resoluções (Outras)			

FAUNA SILVESTRE

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

[Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988](#) - Assegura o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos da sociedade.

LEI COMPLEMENTAR

[Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011](#) - Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

LEIS

[Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948](#) - Estabelece medidas de defesa sanitária animal.

[Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950](#) - Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

[Lei nº 2.553, de 3 DE AGOSTO DE 1955](#) - Proíbe a exportação, para o exterior do país, do couro de jacaré, em bruto.

[Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964](#) - Dispõe sobre o Estatuto da Terra.

[Lei nº 4.714, de 29 de junho de 1965](#) - Modifica legislação anterior sobre o uso da marca de fogo no gado bovino.

[Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965](#) - Dispõe sobre a organização, funcionamento e execução dos registros genealógicos de animais domésticos no País.

[Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967](#) - Dispõe sobre a proteção à fauna.

[Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968](#) - Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária.

[Lei nº 6.001 DE 19 de dezembro de 1973](#) - Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

[Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974](#) - Regulamento Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal.

[Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977](#) - Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas.

[Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977](#) - Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural.

[Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979](#) - Regulamenta as profissões de Biólogo e de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina.

[Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981](#) - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

[Lei nº 7.173, de 14 de dezembro de 1983](#) - Dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos.

[Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984](#) - Dispõe sobre as atividades da equideocultura no País.

[Lei nº 7.643, de 18 de dezembro de 1987](#) - Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras.

[Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989](#) - Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

[Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989](#) - Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente.

[Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989](#) - Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal.

[Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991](#) - Dispõe sobre a política agrícola.

[Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993](#) - Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros.

[Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996](#) - Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

[Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#) - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

[Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#) - Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

[Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998](#) - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei dos Crimes Ambientais).

[Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000](#) - Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.

[Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999](#) - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

[Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#) - Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

[Lei nº 10.220, de 11 de abril de 2001](#) - Institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional.

[Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#) - Institui o Código Civil.

[Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002](#) - Dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio.

[Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003](#) - Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama.

[Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003](#) - Dispõe sobre a agricultura orgânica.

[Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005](#) - Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB.

[Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005](#) - Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

[Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006](#) - Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.

[Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006](#) - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

[Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007](#) - Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

[Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008](#) - Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

[Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008](#) - Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais.

[Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009](#) - Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

[Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010](#) - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

[Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012](#) - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

[Lei nº 12.689, de 19 de julho de 2012](#) - Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para estabelecer o medicamento genérico de uso veterinário; e dispõe sobre o registro, a aquisição pelo poder público, a prescrição, a fabricação, o regime econômico-fiscal, a distribuição e a dispensação de medicamentos genéricos de uso veterinário, bem como sobre a promoção de programas de desenvolvimento técnico-científico e de incentivo à cooperação técnica para aferição da qualidade e da eficácia de produtos farmacêuticos de uso veterinário.

[Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012](#) - Dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos.

[Lei nº 12.805, de 29 de abril de 2013](#) - Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

[Lei nº 12.870, de 15 de outubro de 2013](#) - Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.

[Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013](#) - (...) autoriza o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária, quando for constatada situação epidemiológica que indique risco iminente de introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no País, ou haja risco de surto ou epidemia de doença ou praga já existente; (...).

[Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015](#) - Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

[Lei nº 13.426, de 30 de março de 2017](#) - Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos.

[Lei nº 13.830, de 13 de maio de 2019](#) - Dispõe sobre a prática da equoterapia.

[Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019](#) - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

[Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021](#) - Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política.

[Lei nº 14.228, de 20 de outubro de 2021](#) - Dispõe sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres.

[Lei nº 14.639, de 25 de julho de 2023](#) - Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção Melífera e ao Desenvolvimento de Produtos e Serviços Apícolas e Meliponícolas de Qualidade.

[Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023](#) - Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

[Lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024](#) - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais).

[Lei nº 15.021, de 12 de novembro de 2024](#) - Dispõe sobre o controle de material genético animal e sobre a obtenção e o fornecimento de clones de animais domésticos destinados à produção de animais domésticos de interesse zootécnico.

[Lei nº 15.046, de 17 de dezembro de 2024](#) - Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.

OUTRAS LEIS

[Lei nº 11.203, de 1º de dezembro de 2005](#) - Institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.

[Lei nº 11.797, de 29 de outubro de 2008](#) - Institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

[Lei nº 12.067, de 29 de outubro de 2009](#) - Institui o dia 9 de agosto como o Dia Nacional da Equoterapia.

[Lei nº 12.633, de 14 de maio de 2012](#) - Institui o Dia Nacional da Educação Ambiental.

[Lei nº 12.884, de 21 de novembro de 2013](#) - Institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

[Lei nº 12.892, de 13 DEZEMBRO DE 2013](#) - Declara o ambientalista Chico Mendes Patrono do Meio Ambiente Brasileiro.

[Lei nº 12.975, de 19 MAIO DE 2014](#) - Declara a raça de cavalos Manga-Larga Marchador raça nacional.

[Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016](#) - Eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial.

[Lei nº 13.565, de 21 de dezembro de 2017](#) - Institui o Dia Nacional da Agroecologia.

[Lei nº 13.596, de 8 de janeiro de 2018](#) - Institui o "Dia Nacional do Zootecnista".

[Lei nº 13.922, de 4 de dezembro de 2019](#) - Institui o Dia Nacional do Rodeio.

[Lei nº 15.008, de 17 de outubro de 2024](#) - Regulamenta o Rodeio Crioulo como atividade da cultura popular.

[Lei nº 15.111, de 17 de março de 2025](#) - Institui o Dia Nacional do Criador de Cavalos.

DECRETOS FEDERAIS e LEGISLATIVOS

[Decreto nº 23.196, de 12 de outubro de 1933](#) - Regula o exercício da profissão agronômica.

[Decreto nº 24.548 DE 3 de julho de 1934](#) - Aprova o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal.

[Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934](#) - Estabelece medidas de proteção aos animais. **Importante:** Alguns legisladores julgam a norma como revogada pelo [Decreto nº 11, de 18 de janeiro de 1991](#).

[Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) - Código Penal.

[Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941](#) - Lei das Contravenções Penais.

[Decreto nº 27.932, de 28 de março de 1950](#) - Aprova o Regulamento para aplicação de medidas de defesa sanitária animal.

[Decreto Legislativo nº 14, de 1950](#) - Aprova a Convenção Internacional para Regulamentação da Pesca da Baleia e o Regimento, ambos firmados, Washington, pelo Brasil e outros países, a 2 de dezembro de 1946.

Promulgação: [Decreto nº 28.524, de 18 de agosto de 1950](#)

Aprova o Protocolo: [Decreto Legislativo nº 14, de 1958](#)

Promulgação: [Decreto nº 46.873, de 16 de setembro de 1959](#)

Aprova o texto: [Decreto Legislativo nº 77, de 1973](#)

Promulgação: [Decreto nº 73.497, de 17 de janeiro de 1974](#)

[Decreto nº 51.838, de 14 de março de 1963](#) - Baixa Normas Técnicas Especiais para o Combate às Leishmanioses.

[Decreto nº 58.054, de 23 de março de 1966](#) - Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.

[Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966](#) - Regulamenta partes do Estatuto da Terra.

[Decreto-Lei nº 412, de 9 de janeiro de 1969](#) - Aprova o Acordo de Pesca e Preservação de Recursos Vivos, entre o Brasil e o Uruguai, assinado em Montevidéu, a 12 de dezembro de 1968.

[Decreto-Lei nº 454, de 5 de fevereiro de 1969](#) - Aprova o Acordo de Conservação dos Recursos Naturais do Atlântico Sul, entre o Brasil e a Argentina, assinado em Buenos Aires, em 29 de dezembro de 1967.

[Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969](#) - Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem.

[Decreto Legislativo nº 72, de 1973](#) - Aprova o texto do Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia, firmado em Bogotá, a 20 de junho de 1973.

Promulgação: [Decreto nº 78.017, de 12 de julho de 1976](#)

[Decreto Legislativo nº 54, de 1975](#) - Aprovou o texto da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção, firmada em Washington, a 3 de março de 1973.

Promulgação: [Decreto nº 76.623, de 17 de novembro de 1975](#)

Emenda: [Decreto Legislativo nº 21, de 1985](#)

Emenda: [Decreto Legislativo nº 35, de 1985](#)

Promulgação: [Decreto nº 92.446, de 7 de março de 1986](#)

Promulgação: [Decreto nº 133, de 24 de maio de 1991](#).

[Decreto Legislativo nº 56, de 1975](#) - Aprova o texto do Tratado da Antártida, assinado em Washington, a 1º de dezembro de 1959, e a adesão do Brasil ao referido ato jurídico internacional.

Promulgação: [Decreto nº 2.742, de 20 de agosto de 1998](#)

[Decreto Legislativo nº 74, de 1977](#) - Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

Promulgação: [Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977](#)

[Decreto Legislativo nº 69, de 1978](#) - Aprova o texto do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado pelos Governos da Bolívia Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, em Brasília, a 3 de julho de 1978.
Promulgação: [Decreto nº 85.050, de 18 de agosto de 1980](#)

[Decreto nº 86.176, de 6 de julho de 1981](#) - Regulamenta a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico.

[Decreto Legislativo nº 39, de 1981](#) - Aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteiras, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, em Caracas, a 7 de novembro de 1979.

Promulgação: [Decreto nº 86.483, de 16 de outubro de 1981](#)

[Decreto Legislativo nº 66, de 1982](#) - Aprova o texto do Acordo de Cooperação Amazônica concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Bogotá, a 12 de março de 1981.

Promulgação: [Decreto nº 92.661, de 16 de maio de 1986](#)

[Decreto Legislativo nº 30, de 1985](#) - Aprova o texto do Convênio Zoossanitário para a importação e a exportação de animais e de produtos de origem animal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha, e concluído em Madrid, a 12 de abril de 1984.

Promulgação: [Decreto nº 92.784, de 16 de junho de 1986](#)

[Decreto Legislativo nº 33, de 1985](#) - Aprova o texto da Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, concluída em Camberra, em 20 de maio de 1980.

Promulgação: [Decreto nº 93.935, de 15 de janeiro de 1987](#)

[Decreto Legislativo nº 1, de 1988](#) - Aprova o texto do Convênio Zoossanitário para o Intercâmbio de Animais e de Produtos de Origem Animal, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Oriental do Uruguai, em Montevidéu, a 14 de agosto de 1985.

Promulgação: [Decreto nº 674, de 29 de outubro de 1992](#)

[Decreto nº 96.000, de 2 de agosto de 1988](#) - Dispõe sobre a realização de pesquisa e investigação científica na plataforma continental e em águas sob jurisdição brasileira, e sobre navios e aeronaves de pesquisa estrangeiros em visita aos portos ou aeroportos nacionais, em transito nas águas jurisdicionais brasileiras ou no espaço aéreo sobrejacente.

[Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988](#) - Regulamenta a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, que dispõe sobre as atividades da equideocultura no País.

[Decreto nº 97.633, de 10 de abril de 1989](#) - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna - CNPF.

[Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990](#) - Dispõe sobre a coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos no Brasil.

[Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990](#) – Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

[Decreto Legislativo nº 37, de 1990](#) - Autoriza a adesão do Brasil à Convenção sobre a Conservação das Focas Antárticas, adotada em Londres, em 1º de junho de 1972.

Promulgação: [Decreto nº 66, de 18 de março de 1991](#)

[Decreto Legislativo nº 228, de 1991](#) - Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Colômbia sobre Sanidade Animal para o Intercâmbio de Animais e Produtos de Origem Animal, celebrado em Bogotá, a 9 de fevereiro de 1988.

Promulgação: [Decreto nº 3.424, de 20 de abril de 2000](#)

[Decreto Legislativo nº 33, de 1992](#) - Aprova o texto da Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, concluída em Ramsar, Irã, a 2 de fevereiro de 1971.

Promulgação: [Decreto nº 1.905, de 16 de maio de 1996](#)

Institui o Comitê: [Decreto nº 10.141, de 28 de novembro de 2019](#)

Designa as entidades: [Portaria MMA nº 46, de 30 de janeiro de 2009](#)

[Decreto Legislativo nº 2, de 1994](#) - Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica; assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992.

Promulgação: [Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998](#)

[Decreto nº 1.218, de 15 de agosto de 1994](#) - O Conselho Nacional de Proteção à Fauna – CNPF – terá sua composição, atribuição e funcionamento estabelecidos mediante portaria do Ministro de Estado do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.

[Decreto Legislativo nº 91, de 14 de outubro de 1999](#) - Aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, concluída em Caracas, em 1º de dezembro de 1996.

Promulgação: [Decreto nº 3.842, de 13 de junho de 2001](#)

[Decreto nº 3.607, de 21 de setembro de 2000](#) - Dispõe sobre a implementação da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.

[Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002](#) - Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

[Decreto nº 4.284, de 26 de junho de 2002](#) - Institui o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia - PROBEM.

[Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002](#) - Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.

[Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002](#) - Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

[Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003](#) - Regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis.

[Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003](#) - Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade.

[Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004](#) - Aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem.

[Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004](#) - Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.

[Decreto nº 5.577, de 8 de novembro de 2005](#) - Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável.

[Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006](#) - Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

[Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006](#) - Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias.

[Decreto Legislativo nº 72, de 2006](#) - Aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003.

Promulgação: [Decreto nº 5.865, de 1º de agosto de 2006](#)

[Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007](#) - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

[Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007](#) - Institui a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia e cria o Comitê Nacional de Biotecnologia.

[Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007](#) - Aprova o Regulamento da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal.

[Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008](#) - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.

[Decreto Legislativo nº 187, de 2008](#) - Aprova o texto do Acordo para Conservação de Albatrozes e Petréis. ([TEXTO](#))
Promulgação: [Decreto nº 6.753, de 28 de janeiro de 2009](#)

[Decreto nº 6.565, de 15 de setembro de 2008](#) - Dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras.

[Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008](#) - Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

[Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009](#) - Dispõe sobre a composição do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, estabelece as normas para o seu funcionamento e de sua Secretaria-Executiva, cria o Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais – CIUCA (regulamenta a Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008).

[Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009](#) - Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.

[Decreto nº 7.140, de 29 de março de 2010](#) - Institui a utilização do passaporte para trânsito de cães e gatos, como certificação sanitária de origem para o trânsito internacional.

[Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010](#) - Regulamenta a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico.

[Decreto nº 7.545, de 2 de agosto de 2011](#) - Promulga a Convenção Relativa à Admissão Temporária, conhecida como Convenção de Istambul, celebrada em 26 de junho de 1990, sob os auspícios da Organização Mundial de Aduanas, o texto de seu Anexo A, com reserva, e de seus Anexos B.1, B.2, B.5 e B.6.

[Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012](#) - Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

[Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012](#) - Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural e estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental.

[Decreto nº 7.957, de 12 de março de 2013](#) - Institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente; regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental; altera o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004.

[Decreto Legislativo nº 387, de 2013](#) - Aprova o texto da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres - CMS, assinado em Bonn, em 23 de junho de 1979.

Promulgação: [Decreto nº 9.080, de 16 de junho de 2017](#)

[Decreto nº 8.133, de 28 de outubro de 2013](#) - Dispõe sobre a declaração de estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.

[Decreto nº 8.205, de 12 de março de 2014](#) - Dispõe sobre as atribuições dos Cargos de Atividades Técnicas de Fiscalização Federal Agropecuária de Técnico de Laboratório, Agente de Atividades Agropecuárias, Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Auxiliar de Laboratório e Auxiliar Operacional em Agropecuária, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

[Decreto nº 8.236, de 5 de maio de 2014](#) - Regulamenta a Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965, que dispõe sobre a organização, o funcionamento, a execução e as exigências indispensáveis à eficiência do registro genealógico de animais domésticos no País.

[Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016](#) - Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

[Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017](#) - Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa.

[Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017](#) - Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

[Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019](#) - Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.

[Decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019](#) - Regulamenta o disposto no inciso XI do caput do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil.

[Decreto nº 9.975, de 16 de agosto de 2019](#) - Dispõe sobre a avaliação de protocolos de bem-estar animal elaborados por entidades promotoras de rodeios pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

[Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020](#) - Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

[Decreto nº 10.419, de 7 de julho de 2020](#) - Regulamenta a alínea "e" do § 1º do art. 9º da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e altera o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, para dispor sobre a inspeção ante mortem e post mortem de animais.

[Decreto nº 10.935, de 12 de janeiro de 2022](#) - Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.

[Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022](#) - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

[Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022](#) - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

[Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023](#) - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e Pecuária e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

[Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023](#) - Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de

armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm.

[Decreto nº 12.031, de 28 de maio de 2024](#) - Regulamenta a Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, e a Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022, para dispor sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal.

[Decreto nº 12.126, de 31 de julho de 2024](#) - Regulamenta os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária para os setores de produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, e de produtos destinados à alimentação animal, e dispõe sobre os procedimentos de inspeção e fiscalização da defesa agropecuária baseadas em risco.

[Decreto nº 12.130, de 7 de agosto de 2024](#) - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

[Decreto nº 12.254, de 19 de novembro de 2024](#) - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

[Decreto nº 12.258, de 25 de novembro de 2024](#) - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

[Decreto nº 12.439, de 17 de abril de 2025](#) - Institui o Programa Nacional de Proteção e Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos e o Cadastro Nacional de Animais Domésticos.

[Decreto nº 12.485, de 3 de junho de 2025](#) - Dispõe sobre a Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS - MMA

[Instrução Normativa MMA nº 31, de 13 de dezembro de 2004](#) - Altera as especificações técnicas do Dispositivo de Escape para Tartarugas, denominado TED.

[Instrução Normativa MMA nº 4, de 8 de setembro de 2009](#) - Dispõe sobre procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da Reserva Legal sob regime de manejo florestal sustentável.

[Instrução Normativa MMA nº 5, de 8 de setembro de 2009](#) - Dispõe sobre os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal.

Instrução Normativa MMA nº 2, de 5 de maio de 2014 - Dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural-CAR. ([DOU 6/5/2014 – págs. 59 a 62](#))

Instrução Normativa MMA nº 2, de 10 de julho de 2015 - Dispõe sobre a supressão de vegetação em área de ocorrência de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção, no âmbito do licenciamento ambiental, que será objeto de autorização emitida pelo órgão ambiental licenciador, quando devidamente avaliados critérios na etapa de viabilidade ambiental. ([DOU 13/7/2015 – pág. 91](#))

Instrução Normativa MMA nº 2, de 30 de agosto de 2017 - Define a metodologia para a classificação do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas, conforme previsto no art. 5º do Decreto nº 99.556, de 1º de outubro de 1990. ([DOU 1/9/2017 – págs. 161 a 163](#))

INSTRUÇÕES NORMATIVAS - Ibama

Instrução Normativa Ibama nº 2, de 2 de março de 2001 - Determina a identificação individual de espécimes da fauna silvestre e de espécimes da fauna exótica mantidos em cativeiro nas categorias: Jardim Zoológico, Criadouro Comercial de Fauna Silvestre e Exótica, Criadouro Conservacionista, Criadouro Científico e Mantenedouro de Fauna Exótica. ([DOU 5/3/2001 – pág. 35](#))

Instrução Normativa Ibama nº 3, de 8 de fevereiro de 2002 - Dispõe sobre as obrigações previstas para empresas e instituições pretendentes, sobre a manutenção em cativeiro das espécies de mamíferos aquáticos. ([DOU 13/2/2002 – págs. 65 a 67](#))

[Instrução Normativa Ibama nº 4, de 4 de março de 2002](#) - Dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos.

[Instrução Normativa Ibama nº 26, de 21 de novembro de 2002](#) - Estabelece normas para o uso sustentável da fauna silvestre brasileira autóctone não ameaçada de extinção, tradicionalmente utilizada pelas populações tradicionais em Reservas Extrativistas.

Instrução Normativa Ibama nº 27 DE 23 de dezembro de 2002 - Normatiza as atividades de anilhamento e seus procedimentos executados no âmbito do Sistema Nacional de Anilhamento de Aves Silvestres SNA, sob a coordenação do Centro Nacional de Pesquisa para Conservação das Aves Silvestres CEMAVE. ([DOU 24/12/2002 – págs. 279 a 282](#))

[Instrução Normativa Ibama nº 31, de 31 de dezembro de 2002](#) - Suspende temporariamente, o deferimento de solicitações de criadouros comerciais para criação de répteis, anfíbios e invertebrados com o objetivo de produção de animais de estimação para a venda no mercado interno.

[Instrução Normativa Ibama nº 3, de 3 de junho de 2003](#) - Suspende por tempo indeterminado a obrigatoriedade de identificação eletrônica por meio de microchip, de filhotes de jabutis e do tigre-d'água-sul-americano, que se destinarem ao mercado externo de animais de estimação.

[Instrução Normativa Ibama nº 63, de 30 de março de 2005](#) - Autoriza o Centro de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbios - RAN, implantar o "Projeto Demonstrativo de Viabilidade Bioeconômica de Uso Comercial de Jacarés do Pantanal (*Caiman yacare*) Sob o Sistema Aberto de Produção e Recria", em regime de cooperação técnica.

[Instrução Normativa Ibama nº 73, de 18 de agosto de 2005](#) - Proíbe, em todo o território brasileiro, a criação e comercialização de moluscos terrestres da espécie *Achatina fulica*, também conhecida como acatina, caracol-africano, caracol-gigante, caracol-gigante-africano, caramujo-gigante, caramujo-gigante-africano, falso-escargot ou rainha-da-África, bem como de seus ovos.

[Instrução Normativa Ibama nº 141 , de 19 de dezembro de 2006](#) - Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.

[Instrução Normativa Ibama nº 146, de 10 de janeiro de 2007](#) - Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.

Alteração: [Portaria Normativa Ibama nº 10, de 22 de maio de 2009](#)

[Instrução Normativa Ibama nº 160, de 27 de abril de 2007](#) - Institui o Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO) e disciplinar o transporte e o intercâmbio de material biológico consignado às coleções.

[Instrução Normativa Ibama nº 184, de 17 de julho de 2008](#) - Estabelece, no âmbito desta Autarquia, os procedimentos para o licenciamento ambiental federal.

Alterações: [Instrução Normativa Ibama nº 10, de 27 de maio de 2013](#) ([DOU 28/5/2013 – págs. 63 a 72](#)) (Revogada, porém não repringa a 184/2008)

. Instrução Normativa Ibama nº 26, de 6 de dezembro de 2019 ([DOU 9/12/2019 – págs. 45 a 46](#))

[Instrução Normativa Ibama nº 191, de 24 de setembro de 2008](#) - Proíbe o corte do licuri (*Syagrus coronata* (Mart.) Becc.) nas áreas de ocorrência natural desta palmeira nos Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe até que sejam estabelecidas normas de manejo da espécie por cada Estado.

[Instrução Normativa Ibama nº 5, de 25 de março de 2009](#) - O Ato Declaratório Ambiental-ADA é documento de cadastro das áreas do imóvel rural junto ao Ibama e das áreas de interesse ambiental que o integram para fins de isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural-ITR, sobre estas últimas.

[Instrução Normativa Ibama nº 13, de 6 de dezembro de 2010](#) - Proíbe a reprodução dos grandes felinos exóticos (*Panthera* spp.).

Instrução Normativa Ibama nº 10, de 19 de setembro de 2011 - O manejo de passeriformes da fauna silvestre brasileira será coordenado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, para todas as etapas relativas às atividades de criação, reprodução, comercialização, manutenção, treinamento, exposição, transporte, transferências, aquisição, guarda, depósito, utilização e realização de torneios. ([DOU 20/9/2011 – págs. 102 a 107](#))

Alterações: Instrução Normativa Ibama nº 11, de 24 de outubro de 2017 ([DOU 26/10/2017 – páq. 119](#))

. Instrução Normativa Ibama nº 21, de 18 de setembro de 2020 ([DOU 22/9/2020 – páq. 58](#))

Instrução Normativa Ibama nº 16, de 14 de dezembro de 2011 – Estabelece regras para a fabricação e distribuição de anilhas para criadores de aves silvestres. ([DOU 16/12/2011 – págs. 199 a 200](#))

Alterações: Instrução Normativa Ibama nº 3, de 29 de março de 2012 ([DOU 2/4/2012 – páq. 83](#))

. Instrução Normativa Ibama nº 4, de 28 de julho de 2016 ([DOU 29/7/2016 – páq. 88](#))

. Instrução Normativa Ibama nº 10, de 5 de agosto de 2021 ([DOU 13/8/2021 – páq. 59](#))

Instrução Normativa Ibama nº 13, de 18 de dezembro de 2012 - Publica a Lista Brasileira de Resíduos Sólidos, a qual será utilizada pelo Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, pelo Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental e pelo Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos, bem como por futuros sistemas informatizados do Ibama que possam vir a tratar de resíduos sólidos. ([DOU 20/12/2012 – págs. 200 a 207](#))

Instrução Normativa Ibama nº 1, de 25 de janeiro de 2013 - Regulamenta o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP), estabelece sua integração com o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF-APP) e com o Cadastro Técnico Federal de Atividades e

Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF-AIDA), e define os procedimentos administrativos relacionados ao cadastramento e prestação de informações sobre resíduos sólidos, inclusive os rejeitos e os considerados perigosos. ([DOU 30/1/2013 – págs. 82 a 84](#))

Instrução Normativa Ibama nº 3, de 31 de janeiro de 2013 - Declara a nocividade da espécie exótica invasora javali-europeu, de nome científico *Sus scrofa*, em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento com o porco doméstico, doravante denominados "javalis". ([DOU 1/2/2013 – págs. 88 a 89](#))

Alterações: Instrução Normativa Ibama nº 12, de 25 de março de 2019 ([DOU 4/4/2019 – págs. 29 a 33](#))

· Instrução Normativa Ibama nº 3, de 21 de janeiro de 2022 ([DOU 25/1/2022 – páq. 78](#))

Instrução Normativa Ibama nº 13, de 19 de julho de 2013 - Estabelece os procedimentos para padronização metodológica dos planos de amostragem de fauna exigidos nos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental de rodovias e ferrovias. ([DOU 23/7/2012 – páq. 62 a 67](#))

Instrução Normativa Ibama nº 20, de 23 de dezembro de 2013 - Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto do Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS. ([DOU 24/12/2013 – páq. 120 a 127](#))

Instrução Normativa Ibama nº 13, de 15 de setembro de 2014 - Estabelece normas complementares sobre o registro e o controle de animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos, embarcações ou veículos de qualquer natureza apreendidos pelo Ibama em razão da constatação da prática de infração administrativa ambiental. ([DOU 16/9/2014 – páq. 72](#))

Retificação: [DOU 18/9/2014 – páq. 71](#)

Alteração: Instrução Normativa Ibama nº 19, de 19 de dezembro de 2014 ([DOU 22/12/2014 – págs. 98 a 101](#))

Instrução Normativa Ibama nº 19, de 19 de dezembro de 2014 - Estabelece diretrizes e procedimentos, no âmbito do Ibama, para a apreensão e a destinação, bem como o registro e o controle, de animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos, embarcações ou veículos de qualquer natureza apreendidos em razão da constatação de prática de infração administrativa ambiental. ([DOU 22/12/2014 – págs. 98 a 101](#))

Instrução Normativa Ibama nº 22, de 26 de dezembro de 2014 - Estabelece critérios e procedimentos para solicitação, análise e concessão de anuência prévia à supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração no Bioma Mata Atlântica, nos termos do Art. 19 do Decreto nº 6.660, de 2008. ([DOU 29/12/2014 – págs. 50 a 51](#))

Alteração: Instrução Normativa Ibama nº 4, de 30 de março de 2015 ([DOU 31/3/2015 – págs. 67 a 68](#))

Instrução Normativa Ibama nº 7, de 30 de abril de 2015 - Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro, e define, no âmbito do Ibama, os procedimentos autorizativos para as categorias estabelecidas. ([DOU 6/5/2015 – págs. 55 a 59](#))

Retificações: [DOU 11/5/2015 – págs. 75 a 85](#)

Alteração: Instrução Normativa Ibama nº 5, de 18 de fevereiro de 2020 ([DOU 20/2/2020 - páq. 83](#))

Instrução Normativa Ibama nº 2, de 9 de fevereiro de 2017 - Estabelece diretrizes, requisitos e procedimentos para a avaliação dos riscos de ingrediente(s) ativo(s) de agrotóxico(s) para insetos polinizadores, utilizando-se as abelhas como organismos indicadores. ([DOU 10/2/2017 – págs. 33 a 36](#))

Instrução Normativa Ibama nº 8, de 14 de julho de 2017 - Estabelece os procedimentos para a solicitação e emissão de Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (Abio) no âmbito dos processos de licenciamento ambiental federal. ([DOU 7/8/2017 – págs. 71 a 73](#))

Instrução Normativa Ibama nº 15, de 18 de maio de 2018 - Dispõe sobre as atividades ou empreendimentos de iniciativa dos povos indígenas em suas próprias terras, ou de iniciativa do Poder Público em terras indígenas cujos beneficiários são as comunidades indígenas, não sujeitos ao licenciamento ambiental. ([DOU 24/5/2018 – págs. 90 a 91](#))

Instrução Normativa Ibama nº 26, de 6 de dezembro de 2019 - Institui o Sistema de Gestão do Licenciamento Ambiental Federal - SisG-LAF. ([DOU 9/12/2019 – págs. 45 a 46](#))

Instrução Normativa Ibama nº 28, de 27 de dezembro de 2018 - Aprova o Manual de Boas Práticas - Manejo de Fauna Atingida por Óleo. ([DOU 28/12/2018 – páq. 503](#))

Instrução Normativa Ibama nº 8, de 20 de fevereiro de 2019 - Estabelece os procedimentos administrativos no âmbito do Ibama para a delegação de licenciamento ambiental de competência federal para Órgão Estadual de Meio Ambiente - OEMA ou Órgão Municipal de Meio Ambiente - OMMA. ([DOU 10/7/2019 – págs. 44 a 47](#))

Instrução Normativa Ibama nº 5, de 13 de maio de 2021 - Dispõe sobre as diretrizes, prazos e os procedimentos para a operacionalização dos Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) do Ibama, bem como para a destinação de animais silvestres apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente a esses centros. ([DOU 26/5/2021 – págs. 186 a 190](#))

Instrução Normativa Ibama nº 12, de 20 de agosto de 2021 - Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, revoga os atos normativos consolidados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e atualiza o rol de ocupações, considerando os profissionais sob

fiscalização do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas e do Conselho Federal dos Técnicos Industriais. ([DOU 24/8/2021 – págs. 69 a 76](#))

Alterações: Instrução Normativa Ibama nº 21, de 17 de outubro de 2024 ([DOU 22/10/2024 – pág. 79](#))

· Instrução Normativa Ibama nº 12, de 24 de junho de 2025 ([DOU 25/6/2025 – pág. 165](#))

Instrução Normativa Ibama nº 13, de 23 de agosto de 2021 - Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais e revoga os atos normativos consolidados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. ([DOU 24/8/2021 – págs. 76 a 82](#))

Retificação: [DOU 13/9/2021, págs. 58 a 60](#)

Alterações: Instrução Normativa Ibama nº 6 DE 27 de janeiro de 2022 - Consolida o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. ([DOU 31/1/2022 – págs. 209 a 211](#))

· Instrução Normativa Ibama nº 8, de 14 de março de 2023 ([DOU 15/3/2023 – pág. 40](#))

· Instrução Normativa Ibama nº 23, de 14 de novembro de 2024 ([DOU 19/11/2024 – págs. 75 a 78](#))

Instrução Normativa Ibama nº 22, de 22 de dezembro de 2021 - Regulamenta o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais e revoga os atos normativos consolidados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. ([DOU 27/12/2021 – págs. 33 a 40](#))

Alterações: Instrução Normativa Ibama nº 27, de 30 de novembro de 2023 ([DOU 13/12/2023 – pág. 105 a 107](#))

· Instrução Normativa Ibama nº 1, de 12 de janeiro de 2025 ([DOU 16/1/2025 – págs. 57 a 58](#))

Instrução Normativa Ibama nº 2 DE 18 de janeiro de 2022 - Regulamenta a descarga de óleo, misturas oleosas, substâncias nocivas ou perigosas de qualquer categoria e lixo em águas sob jurisdição nacional para fins de pesquisa de campo, nos termos do artigo 19 da Lei nº 9.966/2000. ([DOU 19/1/2022 – pág. 93](#))

Retificação: [DOU 25/1/2022 – pág. 78](#)

Instrução Normativa Ibama nº 11, de 17 de outubro de 2022 - Dispõe sobre procedimentos e requisitos para registro de produtos remediadores, renovação, anuência prévia para importação, autorização para pesquisa e experimentação. ([DOU 18/10/2022 – págs. 58 a 61](#))

Instrução Normativa Ibama nº 19, de 2 de junho de 2023 - Regulamenta o processo administrativo para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. ([DOU 7/6/2023 – págs. 135 a 142](#))

Instrução Normativa Ibama nº 21, de 2 de junho de 2023 - Regulamenta os procedimentos administrativos necessários à conversão das multas ambientais aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, na forma do disposto no caput do art. 95-B, no §3º do art. 142-A e no art. 148 do Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008. ([DOU 12/6/2023 – págs. 42 a 46](#))

Instrução Normativa Ibama nº 14, de 1º de julho de 2024 - Estabelece procedimentos para elaboração, apresentação, execução e monitoramento de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Área Alterada (PRAD) pelo administrado com vistas ao cumprimento da legislação ambiental em todos os biomas e suas respectivas fitofisionomias. ([DOU 3/7/2024 – págs. 181 a 193](#))

Instrução Normativa Ibama nº 6, de 29 de maio de 2025 - Estabelece os critérios para aplicação da modalidade de licenciamento de importação não automática para produtos sujeitos ao controle pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, de que trata o artigo 6º, da Portaria Secex nº 249, de 04 de julho de 2023, e o tratamento administrativo que será aplicado quando da implementação do Novo Processo de Importação, nos termos do Decreto nº 11.577, de 27 de junho de 2023. ([DOU 30/5/2025 – págs. 154 a 174](#))

INSTRUÇÕES NORMATIVAS - ICMBio

[Instrução Normativa ICMBio nº 4, de 7 de abril de 2008](#) - Disciplina os procedimentos para a autorização de pesquisas em Unidades de Conservação Federais das categorias Reserva Extrativista (RESEX) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) que envolvam acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.

[Instrução Normativa ICMBio nº 7, de 17 de dezembro de 2009](#) - Regulamenta os procedimentos para a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

Instrução Normativa ICMBio nº 29, de 5 de setembro de 2012 - Disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais. ([DOU 10/9/2012 – págs. 69 a 71](#))

Instrução Normativa ICMBio nº 31, de 13 de agosto de 2013 - Estabelece diretrizes, normas e procedimentos para atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade como Autoridade Científica da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES. ([DOU 14/8/2013 – págs. 62 a 63](#))

Retificação: Onde se lê: "IN nº 31", leia-se: "IN nº 32". ([DOU 20/8/2013 – pág. 41](#))

Instrução Normativa ICMBio nº 11, de 11 de dezembro de 2014 - Estabelece procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada - PRAD, para fins de cumprimento da legislação ambiental. ([DOU 12/12/2014 – págs. 126 a 130](#))

Instrução Normativa ICMBio nº 1, de 24 de janeiro de 2017 - Estabelece procedimentos para definição de outras formas de compensação ao impacto negativo irreversível em cavidade natural subterrânea com grau de relevância alto, conforme previsto no art. 4º, § 3º do Decreto nº 99.556, de 1º outubro de 1990. ([DOU 26/1/2017 – págs. 42 a 43](#))

Alterações: Instrução Normativa ICMBio nº 4, de 20 de setembro de 2017 ([DOU 27/9/2017 – págs. 82](#))

Retificação: Instrução Normativa ICMBio nº 12, de 27 de agosto de 2018 ([DOU 28/8/2018 – págs. 58](#))

Instrução Normativa ICMBio nº 7, de 21 de dezembro de 2017 - Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais. ([DOU 27/12/2017 – págs. 162 a 164](#))

Instrução Normativa ICMBio nº 14, de 10 de outubro de 2018 - Dispõe sobre procedimentos para realização da atividade e observação de aves nas unidades de conservação federais. ([DOU 25/10/2018 – págs. 73 a 74](#))

Instrução Normativa ICMBio nº 21, de 18 de dezembro de 2018 - Disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção. ([DOU 19/12/2018 – págs. 163 a 164](#))

Retificação: [DOU 24/3/2021 – págs. 90](#)

Instrução Normativa nº 9/Gabin/ICMBio, de 11 de agosto de 2020 - Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Risco de Extinção das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade - SALVE, a política de dados e a publicação dos resultados. ([DOU 19/8/2020 – págs. 53 a 55](#))

Instrução Normativa nº 10/Gabin/ICMBio, de 17 de agosto de 2020 - Estabelece procedimentos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade nos processos de licenciamento ambiental. ([DOU 18/8/2020 – págs. 205 a 208](#))

Retificação: [DOU 21/8/2020 – págs. 269](#)

Instrução Normativa nº 5/Gabin/ICMBio, de 28 de junho de 2021 - Estabelece os procedimentos para criação e implementação dos Programas de Manejo Populacional de Espécies Ameaçadas da Fauna Brasileira. ([DOU 1/7/2021 – págs. 50 a 58](#))

Instrução Normativa nº 7/Gabin/ICMBio, de 20 de setembro de 2021 - Estabelece normas para a atividade de marcação de aves silvestres na natureza no território nacional e para utilização do Sistema Nacional de Anilhamento de Aves Silvestres - SNA, na forma das diretrizes e condições previstas nesta Instrução Normativa, e regulamenta a disponibilização, o acesso e o uso de dados de anilhamento recebidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade por meio do SNA. ([DOU 27/9/2021 – págs. 90 a 92](#))

Retificação: [DOU 6/10/2021 – págs. 90](#)

Retificação: [DOU 4/11/2021 – págs. 309](#)

Instrução Normativa nº 8/Gabin/ICMBio, de 28 de setembro de 2021 - Estabelece os procedimentos da Anuência para a Autorização de Supressão de Vegetação nas atividades sujeitas ao licenciamento ambiental e da emissão de Autorização de Supressão de Vegetação nas atividades não sujeitas ao licenciamento ambiental. ([DOU 6/10/2021 – págs. 86 a 90](#))

Instrução Normativa nº 2/Gabin/ICMBio, de 28 de janeiro de 2022 - Reformula conceitos, princípios, finalidades, instrumentos e procedimentos para a implementação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes - Programa Monitora. ([DOU 8/2/2022 – págs. 46 a 48](#))

Instrução Normativa ICMBio nº 3, de 1º de abril de 2022 - Estabelece normas e procedimentos para o manejo comunitário de quelônios das espécies tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*) e tracajá (*Podocnemis unifilis*), em Floresta Nacional (Flona), Reserva Extrativista (Resex) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) federais, nas áreas de ocorrência natural das espécies. ([DOU 19/4/2022 – págs. 77 a 82](#))

Instrução Normativa nº 9/Gabin/ICMBio, de 23 de agosto de 2023 - Regulamenta o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. ([DOU 24/8/2023 – págs. 50 a 56](#))

Instrução Normativa nº 15/Gabin/ICMBio, de 20 de dezembro de 2023 - Regulamenta a obtenção e renovação de porte, uso, cautela, descarte e destruição de material controlado no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ([DOU 22/12/2023 – págs. 105 a 106](#))

Alteração: Instrução Normativa nº 5/Gabin/ICMBio, de 22 de abril de 2024 ([DOU 24/4/2024 – págs. 51 a 52](#))

Instrução Normativa nº 16/Gabin/ICMBio, de 28 de dezembro de 2023 - Dispõe sobre os procedimentos relativos à conversão de multas simples, por meio da execução direta, em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, conforme disciplinado no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 ([DOU 29/12/2023 – págs. 805 a 812](#))

Instrução Normativa nº 6/2024/Gabin/ICMBio, de 4 de julho de 2024 - Estabelece os procedimentos para emissão de Anuência para Autorização de Supressão de Vegetação, para atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, e de

Autorização de Supressão de Vegetação, para atividades não sujeitas ao licenciamento ambiental, no interior de Unidades de Conservação federais. ([DOU 19/7/2024 – págs. 43 a 59](#))

Instrução Normativa nº 12/2025/Gabin/ICMBio, de 11 de março de 2025 - Estabelece critérios e procedimentos para captação e autorização de uso de imagem em Unidades de Conservação. ([DOU 21/3/2025 – págs. 55 a 56](#))

Instrução Normativa ICMBio nº 19, de 14 de abril de 2025 - Dispõe sobre a prevenção da introdução e o controle ou a erradicação de espécies exóticas invasoras em Unidades de Conservação federais e suas Zonas de Amortecimento. ([DOU 16/4/2025 – págs. 80 a 81](#))

INSTRUÇÕES NORMATIVAS - MAPA

Instrução Normativa MAPA nº 23, de 31 de julho de 2000 - Adota as "Normas Sanitárias para o transito no Mercosul de animais para espetáculos circenses". ([DOU 3/8/2000 – págs. 28](#))

Instrução Normativa MAPA nº 24, de 31 de julho de 2000 - Adota os "Requisitos Zoossanitários para a importação de animais, sêmen, embriões e ovos férteis de países extra-regionais". ([DOU 3/8/2000 – págs. 28 a 29](#))

Instrução Normativa MAPA nº 5, de 1º de março de 2002 - Aprova as Normas Técnicas para o controle da raiva dos herbívoros domésticos. ([DOU 4/3/2002 – págs. 3](#))

Alteração: Instrução Normativa MAPA nº 41, de 19 de junho de 2020 ([DOU 25/6/2020 – págs. 5](#))

Instrução Normativa Conjunta (SDA/SARC) nº 2, de 21 de fevereiro de 2003 - Aprova o Regulamento Técnico para Registro, Fiscalização e Controle Sanitário dos Estabelecimentos de Incubação, de Criação e Alojamento de Ratitas, complementares à Instrução Normativa Ministerial nº 4, de 30 de dezembro de 1998. ([DOU 24/2/2003 – págs. 11 a 14](#))

Instrução Normativa MAPA nº 1, de 14 de janeiro de 2004 - Condiciona a importação de animais vivos e de material de multiplicação animal à prévia autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. ([DOU 15/1/2004 – págs. 11](#))

Instrução Normativa MAPA nº 2, de 14 de janeiro de 2004 - Aprova as normas que dispõem sobre a fiscalização da produção, do comércio de material genético de animais domésticos e da prestação de serviços na área de reprodução animal. ([DOU 15/1/2004 – págs. 11 a 12](#))

Instrução Normativa SDA/MAPA nº 17, de 7 de abril de 2006 - Aprova no âmbito do Programa Nacional de Sanidade Avícola, o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle em todo o território nacional. ([DOU 10/4/2006 – págs. 6 a 7](#))

Alterações: Instrução Normativa SDA/MAPA nº 11, de 6 de abril de 2020 ([DOU 8/4/2020 – págs. 5 a 6](#))

· Portaria SDA nº 275, de 16 de abril de 2021 ([DOU 19/4/2021 – págs. 9](#))

· Portaria SDA nº 565, de 20 de abril de 2022 ([DOU 26/4/2022 – págs. 4](#))

Instrução Normativa MAPA nº 56, de 6 de novembro de 2008 - Estabelece os procedimentos gerais de Recomendações de Boas Práticas de Bem-Estar para Animais de Produção e de Interesse Econômico - REBEM, abrangendo os sistemas de produção e o transporte. ([DOU 7/11/2008 – págs. 5](#))

Instrução Normativa MAPA nº 46, de 6 de outubro de 2011 - Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, bem como as listas de Substâncias Permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal. ([DOU 7/10/2011 – págs. 4 a 11](#))

Alteração: Instrução Normativa MAPA nº 17, de 18 de junho de 2014 ([DOU 20/6/2014 – págs. 32 a 36](#))

Instrução Normativa MAPA nº 51, de 4 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a importação de animais, vegetais, seus produtos, derivados e partes, subprodutos, resíduos de valor econômico e dos insumos agropecuários constantes do Anexo desta Instrução Normativa, que atenderá os critérios regulamentares e os procedimentos de fiscalização, inspeção, controle de qualidade e sistemas de análise de risco, fixados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). ([DOU 7/11/2011 – págs. 03 a 58](#))

Retificação: Onde se lê: "IN nº 49". Leia-se: "IN nº 51". ([DOU 8/11/2011 – págs. 20](#))

Instrução Normativa MAPA nº 1, de 7 de março de 2012 - Aprova o Código Nacional de Corridas - CNC. ([DOU 21/3/2012 – págs. 6 a 16](#))

Instrução Normativa MAPA nº 22, de 20 de junho de 2013 - Define as normas para habilitação de médico veterinário privado para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA e aprova os modelos de formulários na forma dos Anexos de I a V. ([DOU 21/6/2013 – págs. 24 e 25](#))

Alteração: Instrução Normativa MAPA nº 14, de 10 de junho de 2014 ([DOU 11/6/2014 – págs. 3 a 4](#))

Instrução Normativa MAPA nº 21, de 2 de julho de 2014 - Define as espécies consideradas de interesse zootécnico e econômico para efeito de registro genealógico de animais domésticos. ([DOU 3/7/2014 – págs. 5](#))

Instrução Normativa MAPA nº 24, de 15 de julho de 2014 - Estabelece o procedimento administrativo a ser observado na exportação de animais vivos e materiais de multiplicação animal, exceto animais aquáticos. ([DOU 16/7/2014 – págs. 11](#))

Instrução Normativa MAPA nº 36, de 9 de outubro de 2014 - Estabelece as regras de organização, autorização, funcionamento, obrigações, execução e de fiscalização de registro genealógico de animais domésticos de interesse zootécnico e econômico, e aprova os modelos de formulários. ([DOU 10/10/2014 – págs. 8 a 10](#))
Alteração: Portaria MAPA nº 815, de 14 de julho de 2025 ([DOU 16/7/2025 – págs. 1](#))

Instrução Normativa MAPA nº 11, de 10 de maio de 2016 - Autoriza o ingresso no território nacional, de produtos de origem animal destinados ao uso e ao consumo humano ou animal, classificados como não presumíveis veiculadores de doenças contagiosas. ([DOU 11/5/2016 – págs. 18](#))

Instrução Normativa MAPA nº 5, de 14 de fevereiro de 2017 - Estabelece os requisitos para avaliação de equivalência ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária relativos à estrutura física, dependências e equipamentos de estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de produtos de origem animal. ([DOU 15/2/2017 – págs. 3 a 6](#))
Alteração: Instrução Normativa MAPA nº 9, de 18 JANEIRO DE 2018 ([DOU 19/1/2018 – págs. 1](#))

Instrução Normativa MAPA nº 9, de 3 de abril de 2017 - Estabelece os critérios para avaliação dos resultados das provas zootécnicas realizadas em outros países para a permissão de importação de equídeos ou de seu material genético destinado à reprodução, esporte, provas funcionais e zootécnicas, e aprovados os modelos de formulários de certificação zootécnica e técnica. ([DOU 5/4/2017 – págs. 6 a 7](#))

Instrução Normativa MAPA nº 12, de 11 de maio de 2017 - Estabelece as normas para o credenciamento de entidade para realizar o Treinamento em Manejo Pré-abate e Abate de Animais com fins de capacitar e emitir Certificado de Aptidão dos responsáveis pelo abate humanitário nos estabelecimentos de abate para fins comerciais. ([DOU 15/5/2017 – págs. 10](#))

Instrução Normativa SDA/MAPA nº 35, de 11 de setembro de 2017 - Estabelece os procedimentos para a comercialização das substâncias sujeitas a controle especial, quando destinadas ao uso veterinário, relacionadas no Anexo I desta Instrução Normativa, e dos produtos de uso veterinário que as contenham. ([DOU 21/9/2017 – págs. 16 a 21](#))

Alteração: Instrução Normativa SDA/MAPA nº 55, de 4 de dezembro de 2018 ([DOU 2/1/2019 – págs. 4](#))

Instrução Normativa SDA/MAPA nº 39, de 27 de novembro de 2017 - Aprova o funcionamento do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional - Vigiagro, suas regras e os procedimentos técnicos, administrativos e operacionais de controle e fiscalização executados nas operações de comércio e trânsito internacional de produtos de interesse agropecuário. ([DOU 1/12/2017 – págs. 5 a 30](#))

Alterações: Instrução Normativa SDA/MAPA nº 13, de 9 de abril de 2018 ([DOU 19/4/2018 – págs. 10 a 11](#))

· Instrução Normativa SDA/MAPA nº 45, de 30 de outubro de 2018 ([DOU 31/10/2018 – págs. 10 a 11](#))

· Instrução Normativa SDA/MAPA nº 61, de 24 de dezembro de 2018 ([DOU 27/12/2018 – págs. 35 a 39](#))

· Instrução Normativa SDA/MAPA nº 12, de 28 de junho de 2019 ([DOU 3/7/2019 – págs. 2 a 8](#))

· Portaria SDA/MAPA nº 1.134, de 20 de junho de 2024 ([DOU 24/6/2024 – págs. 14 a 15](#))

Instrução Normativa MAPA nº 2, de 8 de janeiro de 2018 - As exportações de produtos e subprodutos de origem animal estão sujeitas aos procedimentos de controle oficial, podendo ser fiscalizados e reinspecionados pelas unidades do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais, nos termos desta Instrução Normativa. ([DOU 12/1/2018 – págs. 3](#))

Instrução Normativa MAPA nº 5, de 8 de janeiro de 2018 - Aprova o Banco Central de Dados de Identificação Animal para fornecimento e controle da distribuição de códigos de identificação oficial de animais para órgãos e entidades públicas ou privadas em todo o território nacional. ([DOU 26/1/2018 – págs. 2](#))

Instrução Normativa MAPA nº 15, de 9 de março de 2018 - Institui o Sistema Nacional de Emergências Agropecuárias - SINEAGRO, que compreende o conjunto de órgãos, atividades, padrões e procedimentos, com atuação permanente e coordenada para a preparação e resposta às emergências agropecuárias. ([DOU 15/3/2018 – págs. 22 a 23](#))

Instrução Normativa MAPA nº 19, de 16 de abril de 2018 - Torna pública a lista de referência de espécies animais que foram introduzidas no território nacional, na forma do Anexo desta Instrução Normativa. ([DOU 27/4/2018 – págs. 12](#))

Alterações: Instrução Normativa MAPA nº 50, de 12 de setembro de 2018 ([DOU 27/9/2018 – págs. 5](#))

· Instrução Normativa MAPA nº 16, de 4 de junho de 2019 ([DOU 5/6/2019 – págs. 5 a 7](#))

Instrução Normativa SDA/MAPA nº 23, de 26 de julho de 2018 - Institui os procedimentos para o trânsito de matérias-primas e produtos de origem animal. ([DOU 31/7/2018 – págs. 4 a 7](#))

Alterações: Instrução Normativa SDA/MAPA nº 26, de 28 de agosto de 2018 ([DOU 29/8/2018 – págs. 3](#))

· Instrução Normativa SDA/MAPA nº 46, de 25 de outubro de 2018 ([DOU 29/10/2018 – págs. 3](#))

· Instrução Normativa SDA/MAPA nº 53, de 28 de novembro de 2018 ([DOU 3/12/2018 – págs. 13](#))

Retificação: [DOU 31/8/2018 – págs. 12](#)

Instrução Normativa MAPA nº 74, de 26 de novembro de 2018 - Estabelecer na forma desta Instrução Normativa o emprego de cães de detecção de odores como ferramenta complementar aos procedimentos padronizados de fiscalização agropecuária. ([DOU 27/11/2018 – págs. 8](#))

Instrução Normativa MAPA nº 6, de 3 de abril de 2019 - Estabelece as boas práticas para a realização de torneios leiteiros para fins de uso racional da fauna. ([DOU 29/4/2019 – págs. 2 a 3](#))

Alteração: Portaria MAPA nº 130, de 18 de maio de 2021 ([DOU 20/5/2021 – págs. 14](#))

Instrução Normativa MAPA nº 11, de 9 de maio de 2019 - Estabelece o regulamento para ingresso, no território nacional, de produtos de origem animal presumivelmente não veiculadores de doenças contagiosas, em bagagem de viajantes, para consumo próprio e sem finalidade comercial. ([DOU 13/5/2019 – págs. 2 a 3](#))

Instrução Normativa MAPA nº 48, de 17 de outubro de 2019 - Estabelece as regras sobre o recolhimento, transporte, processamento e destinação de animais mortos e resíduos da produção pecuária como alternativa para a sua eliminação nos estabelecimentos rurais. ([DOU 18/10/2019 - págs. 73 a 74](#))

Instrução Normativa SDA/MAPA nº 113, de 16 de dezembro de 2020 - Estabelece as boas práticas de manejo e bem-estar animal nas granjas de suínos de criação comercial. ([DOU 18/12/2020 – págs. 5 a 7](#))

Instrução Normativa MAPA nº 9, de 16 de junho de 2021 - Aprova o modelo impresso da Guia de Trânsito Animal (GTA) para o trânsito de animais vivos, ovos férteis e outros materiais de multiplicação animal e estabelece o formato eletrônico da Guia de Trânsito Animal (GTA), na forma do modelo e-GTA, para movimentação, em todo o território nacional, de animais vivos, ovos férteis e outros materiais de multiplicação animal. ([DOU 24/6/2021 – págs. 3 a 5](#))

INSTRUÇÕES NORMATIVAS - OUTRAS

[Instrução Normativa Conjunta \(Ibama e ICMBio\) nº 1, de 27 de maio de 2011](#) - Estabelece as áreas de período de restrição periódica para as atividades de exploração e produção de óleo e gás, incluindo as etapas de levantamentos de dados sísmicos, perfuração de poços petrolíferos, instalação ou lançamento de dutos para escoamento de óleo, gás e água de produção, instalação de unidade de rebombeio de óleo, gás e água de produção e sondagens geotécnicas marinhas, em áreas prioritárias para a conservação de tartarugas marinhas na costa brasileira.

[Instrução Normativa Conjunta \(Ibama e ICMBio\) nº 2, de 21 de novembro de 2011](#) - Estabelece áreas de restrição permanente e áreas de restrição periódica para atividades de aquisição de dados sísmicos de exploração de petróleo e gás em áreas prioritárias para a conservação de mamíferos aquáticos na costa brasileira. ([DOU 1/12/2011 – págs. 124 a 125](#))

[Instrução Normativa Interministerial \(MPA e MAPA\) nº 7, de 8 de maio de 2012](#) - Institui o Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves (PNCMB) e estabelece os procedimentos para a sua execução. ([DOU 9/5/2012 – págs. 55 a 59](#))

Retificação: [DOU 8/6/2012 – pág. 56](#)

[Instrução Normativa Interministerial \(MPA e MMA\) nº 7, de 30 de outubro de 2014](#) – Estabelece medidas mitigatórias para a diminuição da captura incidental de aves marinhas por embarcações pesqueiras que atuam na modalidade espinhel horizontal de superfície, ao sul da latitude de 20º S. ([DOU 31/10/2014 – págs. 47 a 48](#))

[Instrução Normativa Conjunta \(ICMBio e Ibama\) nº 1, de 8 de dezembro de 2014](#) - Estabelece procedimentos entre o ICMBio e o Ibama para o manejo e a conservação de espécies da fauna silvestre brasileira. ([DOU 19/12/2014 – págs. 253 a 254](#))

Alteração: [Instrução Normativa Conjunta \(ICMBio e Ibama\) nº 2, de 8 de maio de 2015](#) ([DOU 12/5/2015 – pág. 101](#))

Retificação: Na IN Conjunta nº 2, de 8/5/2015, onde se lê: "IN Conjunta nº 2", leia-se, "IN Conjunta nº 1". ([DOU 13/5/2015 – pág. 50](#))

Alteração: Portaria Conjunta (Ibama e ICMBio) nº 7, de 25 de novembro de 2022 ([DOU 29/11/2022 – págs. 40 a 41](#))

[Instrução Normativa Conjunta \(MMA, Ibama, ICMBio\) nº 1, de 12 de abril de 2021](#) - Regulamenta o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. ([DOU 14/4/2021 – págs. 151 a 158](#))

Alteração: [Instrução Normativa Conjunta \(MMA, Ibama, ICMBio\) nº 2, de 26 de abril de 2021](#) ([DOU 28/4/2021 – pág. 70](#))

PORTARIAS - MMA

[Portaria MMA nº 23, de 25 de fevereiro de 1999](#) - Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Proteção à Fauna-CNPf.

[Portaria MMA nº 98, de 14 de abril de 2000](#) - Normatiza a manutenção em cativeiro, o manejo e o uso de mamíferos aquáticos da fauna silvestre brasileira ou exótica.

[Portaria MMA nº 53, de 20 de fevereiro de 2008](#) - Institui o Sistema Nacional de Gestão da Fauna Silvestre-Sisfauna, sistema eletrônico implementado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama, disponibilizado no seu endereço eletrônico, na Rede Mundial de Computadores-Internet, que tem por objetivo a gestão das informações referentes às atividades de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro no território nacional.

[Portaria MMA nº 236, de 8 de agosto de 2008](#) - Reestrutura o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade-SISBIO para a aprovação prévia da realização de atividades científicas ou didáticas.

[Portaria MMA nº 160, de 19 de maio de 2009](#) - Institui a Política de Informação do Ministério do Meio Ambiente.

[Portaria MMA nº 482, de 14 de dezembro de 2010](#) - Institui procedimento para reconhecimento de mosaicos no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, conforme o art. 8º do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Portaria MMA nº 421, de 26 de outubro de 2011 - Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica. ([DOU 28/10/2011 – págs. 92 a 99](#))

Portaria MMA nº 424, de 26 de outubro de 2011 - Dispõe sobre procedimentos específicos a serem aplicados pelo Ibama na regularização ambiental de portos e terminais portuários, bem como os outorgados às companhias docas, previstos no art. 24-A da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. ([DOU 28/10/2011 – págs. 102 a 103](#))

Portaria MMA nº 289, de 16 de julho de 2013 - Dispõe sobre procedimentos a serem aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama no licenciamento ambiental de rodovias e na regularização ambiental de rodovias federais. ([DOU 19/7/2013 – págs. 63 a 74](#))

Alteração: Portaria MMA nº 365, de 6 de outubro de 2014 ([DOU 7/10/2014 – págs. 72 a 74](#))

Portaria MMA nº 190, de 22 de maio de 2014 - Estabelece instruções para a aplicação de recursos de compensação ambiental destinados às ações sobre fauna e flora em unidades de conservação ([DOU 23/5/2014 – págs. 103](#))

Portaria MMA nº 444, de 17 de dezembro de 2014 - Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo I da presente Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. ([DOU 18/12/2014 – págs. 121 a 126](#))

Alteração: Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022 ([DOU 8/6/2022 – págs. 74 a 103](#))

Retificação: Na Portaria MMA nº 148, de 07 de junho de 2022, publicada no DOU 8/6/2022, onde se lê: "Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação", leia-se: "Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 06 de setembro de 2022." ([DOU 13/6/2022 – págs. 61](#))

Alteração: Portaria MMA nº 229, de 5 de setembro de 2022 ([DOU 6/9/2022 – págs. 72](#)) (*Os Anexos 1 e 2 entram em vigor em 06/9/2022; e o Anexo 3 entra em vigor em 05/12/2022.*)

Revogação: Portaria GM/MMA nº 300, de 13 de dezembro de 2022. ([DOU 14/12/2022 – págs. 75 a 118](#))

Repristinação e alteração: Portaria MMA nº 354, de 27 de janeiro de 2023 ([DOU 30/1/2023 – págs. 72 a 73](#))

Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014 - Reconhece como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. ([DOU 18/12/2014 – págs. 126 a 130](#))

Alterações: Portaria MMA nº 98, de 28 de abril de 2015 ([DOU 29/4/2015 – págs. 86](#))

Portaria MMA nº 163, de 8 de junho de 2015 ([DOU 9/6/2015 – págs. 48 a 49](#))

Portaria MMA nº 395, de 1º de setembro de 2016 ([DOU 2/9/2016 – págs. 46 a 47](#))

Portaria MMA nº 161, de 20 de abril de 2017 ([DOU 24/4/2017 – págs. 79](#))

Portaria MMA nº 217, de 19 de junho de 2017 ([DOU 20/6/2017 – págs. 54](#))

Portaria MMA nº 73, de 26 de março de 2018 ([DOU 28/3/2017 – págs. 160](#))

Retificação: [DOU 21/6/2017 – págs. 44](#)

Alteração: Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022 ([DOU 8/6/2022 – págs. 74 a 103](#)) (*vigor em 06/9/2022*)

Retificação: Na Portaria MMA nº 148, de 07 de junho de 2022, publicada no DOU 8/6/2022, onde se lê: "Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação", leia-se: "Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 06 de setembro de 2022." ([DOU 13/6/2022 – págs. 61](#))

Revogação: Portaria GM/MMA nº 300, de 13 de dezembro de 2022. ([DOU 14/12/2022 – págs. 75 a 118](#))

Repristinação e alteração: Portaria MMA nº 354, de 27 de janeiro de 2023 ([DOU 30/1/2023 – págs. 72 a 73](#))

Portaria MMA nº 162, de 11 de maio de 2016 - Estabelece procedimentos para elaboração e publicação das Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção, previstas no Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies, estabelecido pela Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. ([DOU 16/5/2016 – págs. 54](#))

Revogação: Portaria GM/MMA nº 299, de 13 de dezembro de 2022 ([DOU 14/12/2022 – págs. 71 a 74](#))

Repristinação: Portaria MMA nº 354, de 27 de janeiro de 2023 ([DOU 30/1/2023 – págs. 72 a 73](#))

Portaria MMA nº 427, de 29 de setembro de 2016 - Aprova o Regimento Interno do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético-CGen. ([DOU 30/9/2016 – págs. 127 a 130](#))

Alteração: Portaria MMA nº 381, de 3 de outubro de 2017 ([DOU 4/10/2017 – págs. 50](#))

Portaria MMA nº 39, de 20 de fevereiro de 2017 - Define a composição do Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal. ([DOU 21/2/2017 – págs. 51](#))

Portaria MMA nº 240, de 13 de julho de 2017 - Institui a Comissão Tripartite Nacional com o objetivo de constituir um espaço institucional de diálogo entre os entes federados com vistas a uma gestão compartilhada e descentralizada entre União, Estados e Municípios, bem como o fortalecimento e a estruturação do Sistema Nacional de Meio Ambiente-SISNAMA. ([DOU 14/7/2017 – págs. 62 a 63](#))

Portaria MMA nº 422, de 6 de novembro de 2017 - Aprova os instrumentos de Termos de Compromisso a serem firmados entre o usuário e a União, para fins de regularização do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional

associado, nos termos da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. ([DOU 7/11/2017 – páq. 78](#))

Alterações: Portaria MMA nº 378, de 1º de outubro de 2018 ([DOU 2/10/2018 – páq. 79](#))

Portaria MMA nº 391, de 8 de setembro de 2020 ([DOU 10/9/2020 – páq. 95](#))

Portaria GM/MMA nº 436, de 13 de abril de 2023 ([DOU 14/4/2023 – páq. 36](#))

Portaria MMA nº 469, de 13 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre as ações e áreas prioritárias para a conservação de espécies de primatas brasileiros criticamente ameaçados e em perigo de extinção. ([DOU 14/12/2017 – págs. 123 a 124](#))

Portaria MMA nº 483, de 22 de dezembro de 2017 - Aprova os Regimentos Internos das unidades integrantes da estrutura do Ministério do Meio Ambiente. ([DOU 27/12/2017 – págs. 142 a 161](#))

Alterações: Portaria MMA nº 324, de 9 de agosto de 2018 ([DOU 13/8/2018 – páq. 103](#))

Portaria MMA nº 466, de 20 de dezembro de 2018 ([DOU 21/12/2018 – págs. 854 a 856](#))

Portaria MMA nº 79, de 26 de março de 2018 - Reconhece o Pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*) como símbolo das Águas Brasileiras. ([DOU 28/3/2017 – páq. 161](#))

Portaria MMA nº 287, de 12 de julho de 2018 - Reconhece os Sítios da Aliança Brasileira para Extinção Zero - Sítios-BAZE. ([DOU 16/7/2018 – páq. 72](#))

Portaria MMA nº 391, de 11 de outubro de 2018 - Institucionaliza e dá diretrizes para o Portal Nacional do Licenciamento Ambiental - PNLA. ([DOU 16/10/2018 – páq. 55](#))

Portaria MMA nº 413, de 31 de outubro de 2018 - Identifica os Sítios da Aliança Brasileira para Extinção Zero - Sítios-BAZE. ([DOU 5/11/2018 – págs. 88 a 90](#))

Portaria MMA nº 444, de 26 de novembro de 2018 - Institui a Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção. ([DOU 28/11/2018 – páq. 161](#))

Revogação: Portaria GM/MMA nº 299, de 13 de dezembro de 2022 ([DOU 14/12/2022 – págs. 71 a 74](#))

Repristinação: Portaria MMA nº 354, de 27 de janeiro de 2023 ([DOU 30/1/2023 – págs. 72 a 73](#))

Portaria MMA nº 445, de 27 de novembro de 2018 - Dispõe sobre a Estratégia de Conservação e Uso Sustentável das Zonas Úmidas no Brasil. ([DOU 30/11/2018 – páq. 222](#))

Portaria MMA nº 463, de 18 de dezembro de 2018 - Reconhece as Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas Prioritárias para a Biodiversidade. ([DOU 19/12/2018 – páq. 160](#))

Portaria MMA nº 76, de 18 de fevereiro de 2020 - Fica instituído o Programa de Conversão de Multas Ambientais para o triênio 2020 a 2023, visando a prestação de serviços voltados à preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. ([DOU 19/2/2020 - páq. 81](#))

Portaria MMA nº 199, de 22 de abril de 2020 - Estabelece as condições necessárias à assinatura de termo de compromisso por instituições estrangeiras e a União, para fins de regularização do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, nos termos da Lei nº 13.123, de 2015. ([DOU 23/4/2020 – págs. 59 a 60](#))

Portaria MMA nº 455, de 5 de outubro de 2021 - Institui o Programa Nacional de Resgate de Fauna Silvestre - Resgate+ no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. ([DOU 6/10/2021 – páq. 86](#))

Portaria GM/MMA nº 288, de 11 de novembro de 2022 - Institui a Agenda Nacional de Proteção e Defesa de Cães e Gatos. ([DOU 18/11/2022 – páq. 168](#))

Portaria GM/MMA nº 611, de 25 de julho de 2023 - Institui o Centro de Operação de Emergência (COEMMA Influenza Aviária) para acompanhar, propor e coordenar ações ambientais para mitigar os efeitos da emergência zoossanitária em função da detecção da infecção pelo vírus influenza aviária H5N1 de alta patogenicidade em aves silvestres no Brasil, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e suas vinculadas. ([DOU 26/7/2023 – páq. 96](#))

Alteração: Portaria GM/MMA nº 924, de 9 de janeiro de 2024 ([DOU 11/1/2024 – páq. 979](#))

Portaria GM/MMA nº 651, de 17 de agosto de 2023 - Institui o Grupo de Trabalho - GT Direitos Animais para a elaboração de planos e programas referentes a proteção, defesa, bem-estar e direitos animais. ([DOU 18/8/2023 – páq. 135](#))

Portaria GM/MMA nº 710, de 15 de setembro de 2023 - Homologa o Regimento Interno do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama. ([DOU 19/9/2023 – págs. 68 a 71](#))

Portaria Conjunta MMA/MS nº 754, de 28 de setembro de 2023 - Institui o Grupo de Trabalho para proteção, conservação e uso sustentável do Pantanal Sul-Mato-Grossense - GT Pantanal Sul-Mato-Grossense. ([DOU 29/9/2023 – páq. 141 a 142](#))

Portaria GM/MMA nº 1.020, de 26 de março de 2024 - Dispõe sobre a publicação dos Apêndices I, II e III da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, alterados no âmbito da 19ª Conferência das Partes, realizada no Panamá. ([DOU 28/3/2024 – pág. 99](#))

Portaria GM/MMA nº 1.070, de 22 de maio de 2024 - Institui o Programa de Gestão de Dados sobre Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e o Comitê Gestor do Programa. ([DOU 23/5/2024 – págs. 71 a 72](#))
Alteração: Portaria GM/MMA nº 1.329, de 19 de fevereiro de 2025 ([DOU 21/2/2025 – pág. 46](#))

Portaria GM/MMA nº 1.314, de 10 de fevereiro de 2025 - Torna pública a lista das espécies migratórias de animais silvestres incluídas nos Anexos I e II da Convenção sobre Espécies Migratórias - CMS. ([DOU 11/2/2025 – pág. 51](#))
Anexo: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biodiversidade1/anexo-portaria-especies-migratorias_3a-edicao2025_v250120.pdf/view

Portaria GM/MMA nº 1.416, de 5 de junho de 2025 - Reinstitui o Centro de Operação de Emergência - COE-Ambiental Influenza Aviária, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e autarquias vinculadas. ([DOU 9/6/2025 – pág. 112](#))

Portaria GM/MMA nº 1.434, de 7 de julho de 2025 - Institui o Grupo de Trabalho de Pagamento por Serviços Ambientais. ([DOU 8/7/2025 – pág. 94](#))

PORTARIAS - Ibama

[Portaria IBDF 324-P DE 22 de julho de 1987](#) - Proíbe a implantação de criadouros de jacaré-do-pantanal, *Caiman crocodilus yacare*, em áreas que não estejam localizadas dentro da Bacia do Rio Paraguai.

Portaria Ibama nº 126, de 13 de fevereiro de 1990 - Dispõe sobre a implantação e funcionamento de criadouro com finalidade comercial, destinado à recria em cativeiro de *Caiman crocodylus yacare* na Bacia do Rio Paraguai. ([DOU 19/2/1990 – págs. 3332 a 3333](#))

[Portaria Ibama nº 2.314, de 26 de novembro de 1990](#) - Institui os criadouros destinados à reprodução de insetos da Ordem Lepidoptera da fauna silvestre com finalidade econômica.

[Portaria Ibama 005-N, de 25 de abril de 1991](#) - Dispõe sobre o acasalamento de animais da fauna nativa, mantidos em cativeiro, solteiros, constantes da Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção.

[Portaria Ibama nº 119-N, de 17 de novembro de 1992](#) - Dispõe sobre a comercialização de peles de crocodilianos brasileiros, das espécies *Caiman crocodilus yacare* e *Caiman crocodilus crocodilus*, produzidas pelos criadouros comerciais devidamente legalizados no Ibama, em consonância com as demais portarias específicas sobre o assunto.

Alteração: [Instrução Normativa Ibama nº 158, de 4 de abril de 2007](#)

[Portaria Ibama nº 142, de 30 de dezembro de 1992](#) - Normatiza a criação em cativeiro da tartaruga-da-amazônia *Podocnemis expansa*, e do tracajá *Podocnemis unifilis*, em criadouros com finalidade comercial, partindo de filhotes, nas áreas de distribuição geográfica.

[Portaria Ibama nº 16, de 4 de março de 1994](#) - Dispõe sobre a manutenção e a criação em cativeiro da fauna silvestre brasileira com finalidade de subsidiar pesquisas científicas em Universidades, Centros de Pesquisa e Instituições Oficiais ou Oficializadas pelo Poder Público.

[Portaria Ibama nº 70, de 23 de agosto de 1996](#) - Dispõe sobre a comercialização de produtos e subprodutos das espécies de quelônios, *Podocnemis expansa*, tartaruga-da-amazônia e *Podocnemis unifilis*, tracajá, provenientes de criadouros comerciais regulamentados pelo Ibama.

Portaria Ibama nº 117, de 26 de dezembro de 1996 - Define regulamento visando prevenir e coibir o molestamento intencional de cetáceos encontrados em águas jurisdicionais brasileiras, de acordo com a Lei nº 7.643, de 18 de dezembro de 1987. ([DOU 27/12/1996 – págs. 28785 a 28786](#))

Alteração: [Portaria Ibama nº 24, de 8 de fevereiro de 2002](#)

Portaria Ibama nº 117, de 15 de outubro de 1997 - Dispõe sobre a comercialização de animais vivos, abatidos, partes e produtos da fauna silvestre brasileira provenientes de criadouros com finalidade econômica e industrial e jardins zoológicos registrados junto ao Ibama. ([DOU 16/10/1997 – págs. 23489 a 23490](#))

Retificação: [DOU 17/11/1997 – pág. 26564](#)

Alteração: Portaria Ibama nº 1.249, de 7 de maio de 2018 ([DOU 8/5/2018 – pág. 70](#))

[Portaria Ibama nº 118, de 15 de outubro de 1997](#) - Dispõe sobre o funcionamento de criadouros de animais da fauna silvestre brasileira com fins econômicos e industriais.

Retificação: [DOU 17/11/1997 – pág. 26564](#)

· Instrução Normativa Ibama nº 14, de 3 de outubro de 2014 ([DOU 6/10/2014 – pág. 82](#))

[Portaria Normativa Ibama nº 131, de 3 de novembro de 1997](#) - Estabelece procedimentos junto ao Ibama, para efeito de registro e avaliação ambiental de agentes biológicos empregados no controle de uma população ou de atividades biológicas de um outro organismo vivo considerado nocivo, visando a defesa fitossanitária.

Portaria Ibama nº 93, de 7 de julho de 1998 - Dispõe sobre a importação e exportação de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira e da fauna silvestre exótica. ([DOU 8/7/1998 – págs. 74 a 77](#))

Alterações: Portaria Ibama nº 163, de 8 de dezembro de 1998. ([DOU 9/12/1998 – pág. 411](#))

· [Portaria MMA nº 98, de 14 de abril de 2000](#)

[Portaria Ibama nº 36, de 15 DE MARÇO 2002](#)

[Instrução Normativa Ibama nº 140, de 18 de dezembro de 2006](#) (revogada, porém não restringe a PT 93/98)

Portaria Normativa Ibama nº 3, de 11 de fevereiro de 2014 ([DOU 14/2/2014 – pág. 51](#))

Portaria Ibama nº 2.489, de 9 de julho de 2019 ([DOU 11/7/2019 - págs. 50 a 51](#))

Portaria Ibama nº 102, de 15 de julho de 1998 - Dispõe sobre a implantação de criadouros de animais da fauna silvestre exótica com fins econômicos e industriais. ([DOU 16/7/1998 – págs. 52 a 54](#))

Portaria Ibama nº 163, de 8 de dezembro de 1998 - Exclui o furão, *Mustela putorius*, da Portaria nº 93, de 7 de julho de 1998, para importação com finalidade comercial visando o comércio interno como animal de estimação. ([DOU 9/12/1998 – pág. 411](#))

[Portaria Ibama nº 36, de 15 DE MARÇO 2002](#) - Inclui a avestruz-africana, *Struthio camelus*, no Anexo 1 da Portaria Ibama nº 93/98, de 7 de julho de 1998, que contem a listagem de fauna considerada doméstica para fins de operacionalização do Ibama.

[Portaria Ibama nº 79, de 18 de outubro de 2006](#) - Cria o Grupo de Assessoramento Técnico Científico para a CITES (GATEC) com finalidade de auxiliar a tomada de decisões pelas Autoridades Científicas e Administrativas para assuntos dessa Convenção. (Obs: CITES Ibama informou que **vão revogar esta portaria**)

[Portaria Ibama nº 11, de 10 de junho de 2009](#) - Aprova o Regulamento Interno da Fiscalização - RIF do Ibama que estabelece os procedimentos para atuação da fiscalização no âmbito deste Instituto.

[Portaria Ibama nº 17, de 12 de julho de 2010](#) - Trata da aplicação da medida cautelar de Embargo de obras ou atividades de interesse público, por ato do agente de fiscalização, antes de completada a instrução processual.

Portaria Ibama nº 65, de 31 de janeiro de 2013 - Institui o Comitê Permanente Interinstitucional de Manejo e Monitoramento das Populações de Javalis no Território Nacional. ([DOU 1/2/2013 – pág. 87](#))

Portaria Normativa Ibama nº 15, de 19 de julho de 2013 - Reestrutura o Programa Quelônios da Amazônia - PQA, que tem como objetivo geral promover o fomento, a conservação e a recuperação dos quelônios *in situ* e *ex situ*, por meio da estruturação de modelos de uso sustentável, que levem em consideração os aspectos ambientais, bem como os aspectos sociais, econômicos, e culturais das comunidades ribeirinhas, assegurando a manutenção dos processos ecológicos básicos e a qualidade ambiental das áreas de sua distribuição natural. ([DOU 22/7/2013 – pág. 140](#))

Portaria Ibama nº 15, de 2 de junho de 2016 - Institui o Comitê Técnico-científico, para auxiliar a Autoridade Científica na Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES. ([DOU 3/6/2016 – pág. 57](#))

Alteração: Portaria Ibama nº 920, de 20 de abril de 2021 ([DOU 23/4/2021 – pág. 151](#))

Portaria Ibama nº 3.639, de 10 de dezembro de 2018 - Aprova o Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Mexilhão-dourado (*Limnoperna fortunei*) no Brasil - Plano Mexilhão-dourado. ([DOU 12/12/2018 – págs. 93 a 94](#))

Portaria Ibama nº 78, de 11 de janeiro de 2021 - Estabelece a classificação de risco de atividades econômicas associadas aos atos de liberação sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama. ([DOU 13/01/2021 – págs. 44 a 63](#))

Alterações: Portaria Ibama nº 63, de 19 de maio de 2025 ([DOU 20/05/2025 – pág. 136](#))

Portaria Ibama nº 90, de 24 de junho de 2025 ([DOU 25/6/2025 – págs. 165 a 178](#))

Retificação: No Quadro 36, do Anexo da Portaria nº 90, de 24/6/2025, onde se lê: o símbolo "£", leia-se o símbolo "≤". ([DOU 12/8/2025 – pág. 77](#))

Portaria Ibama nº 2.466, de 28 de setembro de 2021 - Estabelecer diretrizes, normas e procedimentos para atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis como Autoridade Administrativa e Científica da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES. ([DOU 29/9/2021 – pág. 84](#))

Portaria Ibama nº 8, de 3 de janeiro de 2022 - Institui no âmbito do Ibama a Plataforma de Anuência Única do Brasil - PAU Brasil para uso nas atividades de comércio exterior envolvendo produtos e subprodutos da biodiversidade. ([DOU 5/1/2022 – pág. 28](#))

Alteração: Portaria Ibama nº 46, de 6 de janeiro de 2022 ([DOU 7/1/2022 – pág. 43](#))

Portaria Ibama nº 102, de 20 de setembro de 2022 - Estabelece normas, critérios e padrões para exportação e importação de peixes de águas continentais, marinhas e estuarinas, com finalidade ornamental e de aquariofilia. ([DOU 21/9/2022 – págs. 152 a 158](#))

Alterações: Portaria Ibama nº 79, de 6 de abril de 2023 ([DOU 18/4/2023 – págs. 177 a 179](#))

Portaria Ibama nº 112, de 18 de agosto de 2025 ([DOU 19/8/2025 – pág. 78](#))

Portaria Ibama nº 92, de 17 de abril de 2023 - Institui Orientação Técnica Normativa sobre a obrigação de inscrição de estabelecimentos no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) vinculada à ação de controle aprovativa sob titularidade de matriz de pessoa jurídica. ([DOU 20/4/2023 – págs. 55 a 57](#))

Portaria Ibama nº 30, de 14 de março de 2024 - Estabelece as correspondências entre tipologias do licenciamento ambiental do Ibama e as descrições do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. ([DOU 20/3/2024 – págs. 28 a 44](#))

Alteração: Portaria Ibama nº 184, de 27 de dezembro de 2024 ([DOU 30/12/2024 – pág. 827](#))

Portaria Ibama nº 73, de 26 de maio de 2025 - Aprova Regimento Interno do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e seu respectivo Quadro Demonstrativo Detalhado dos Cargos Comissionados Executivos - CCE e das Funções Comissionadas Executivas – FCE. ([DOU 27/5/2025 – págs. 163 a 183](#))

Portaria Ibama nº 104, de 11 de agosto de 2025 - Disciplina a obrigatoriedade do uso do Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental (SISBia) de que tratam os arts. 6º e 10 da Portaria Conjunta Ibama/ICMBio nº 07, de 25 de novembro de 2022, que instituiu o SISBia. ([DOU 12/8/2025 – págs. 77](#))

Portaria Ibama nº 110, de 15 de agosto de 2025 - Regulamenta a situação de suspensão para averiguações de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. ([DOU 18/8/2025 – págs. 63 a 64](#))

Retificação: [DOU 17/9/2025 – pág. 89](#)

Portaria Ibama nº 125, de 2 de setembro de 2025 - Institui o Programa Nacional de Observação de Vida Silvestre de Base Comunitária - Programa Caminhos da Biodiversidade. ([DOU 3/9/2025 – págs. 64 a 65](#))

PORTARIAS - ICMBIO

Portaria ICMBio nº 43, de 31 de janeiro de 2014 - Institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies, com o objetivo de adotar ações de prevenção, conservação, manejo e gestão, com vistas a minimizar as ameaças e o risco de extinção de espécies. ([DOU 5/2/2014 – págs. 53 a 54](#))

Alteração: Portaria MMA nº 162, de 11 de maio de 2016 ([DOU 16/5/2016 – pág. 54](#))

Revogação: Portaria GM/MMA nº 299, de 13 de dezembro de 2022 ([DOU 14/12/2022 – págs. 71 a 74](#))

Repristinação: Portaria MMA nº 354, de 27 de janeiro de 2023 ([DOU 30/1/2023 – págs. 72 a 73](#))

Portaria ICMBio nº 6, de 19 de janeiro de 2015 - Aprova o Regimento da Comissão de Ética no Uso de Animais - CEUA do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais - CEPTA. ([DOU 20/1/2015 – págs. 69 a 70](#))

Portaria ICMBio nº 16, de 2 de março de 2015 - Dispõe sobre a atualização da denominação, da localização e das atribuições dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação no âmbito do Instituto Chico Mendes. ([DOU 4/3/2015 – págs. 37 a 38](#))

Portaria ICMBio nº 375, de 5 de outubro de 2017 - Institui a Comissão de Ética no Uso de Animais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com atuação no âmbito nacional. ([DOU 9/10/2017 – pág. 94](#))

Portaria ICMBio nº 778, de 17 de dezembro de 2019 - Declaração de Extinção do Conselho Editorial da revista científica Biodiversidade Brasileira - BioBrasil, originariamente previsto no art. 7º da Portaria nº 25, de 29 de abril de 2011 e de sua Recriação. ([DOU 23/12/2019 – pág. 137](#))

Portaria ICMBio nº 106, de 11 de fevereiro de 2020 - Cria a Comissão Interna de Biossegurança - CIBio do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental - ICMBio/CEPTA. ([DOU 14/2/2020 - págs. 84](#))

Portaria ICMBio nº 554, de 25 de maio de 2020 - Dispõe sobre a localização dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação - CNPC vinculados à DIBIO no âmbito do Instituto Chico Mendes. ([DOU 28/5/2020 – págs. 47 a 48](#))

Portaria ICMBio nº 665, de 3 de novembro de 2021 - Institui o Catálogo Nacional de Abelhas-Nativas-Sem-Ferrão. ([DOU 9/11/2021 – pág. 121](#))

Portaria ICMBio nº 748, de 19 de setembro de 2022 - Normatiza o uso e a gestão do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - Sisbio, na forma das diretrizes e condições previstas nesta Portaria. ([DOU 22/9/2022 – págs. 86 a 89](#))

Portaria ICMBio nº 1.270, de 29 de dezembro de 2022 - Aprova o Regimento Interno do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. ([DOU 30/12/2022 – págs. 298 a 316](#))

Alterações: Portaria ICMBio nº 309, de 26 de janeiro de 2023 ([DOU 30/1/2023 – pág. 73](#))

Portaria ICMBio nº 2.031, de 30 de junho de 2024 ([DOU 5/7/2024 – pág. 128](#))

Portaria ICMBio nº 1.274, de 30 de dezembro de 2022 - Aprova a tabela nacional de anilhamento de aves silvestres em cativeiro. ([DOU 3/1/2023 – pág. 150](#))

Portaria ICMBio nº 565, de 22 de fevereiro de 2023 - Cria, no âmbito do ICMBio, a Rede Brasileira de Atendimento a Encalhes e Informação de Pinguins – REPIN. ([DOU 27/3/2023 – pág. 76](#))

Portaria ICMBio nº 2.305, de 30 de junho de 2023 - Institui a Sala de Situação para o gerenciamento da emergência ambiental relacionada à crise zoossanitária da gripe aviária nas Unidades de Conservação federais e suas Zonas de Amortecimento. ([DOU 4/7/2023 – pág. 42](#))

Portaria ICMBio nº 1.720, de 6 de junho de 2024 - Institui a Rede de Atendimento a Encalhes e Informação de Mamíferos Aquáticos do Brasil - REMAB e suas respectivas Redes Regionais. ([DOU 7/6/2024 – pág. 71](#))

Portaria ICMBio nº 510, de 11 de fevereiro de 2025 - Reconhece a Lista de Espécies Exóticas Invasoras em Unidades de Conservação federais. ([DOU 12/2/2025 – págs. 66 a 67](#))

Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico (PAN):

Disponíveis em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/pan>

PORTRARIAS - MAPA

Portaria MAPA nº 108, de 17 de março de 1993 - Aprova as Normas a serem observadas em todo o Território Nacional para a realização de exposições e feiras agropecuárias, leilões de animais e para a formação de Colégio de Jurados das Associações encarregadas da execução dos Serviços de Registro Genealógico. ([DOU 18/3/1993 – págs. 3266 a 3268](#))

Portaria MAPA nº 2.309, de 13 de novembro de 2017 - Cria o Conselho Técnico-Científico de Defesa Agropecuária - CTCDA, de caráter consultivo. ([DOU 1/12/2017 – pág. 31](#))

Portaria MAPA nº 1.998, de 21 de novembro de 2018 - Aprova o Parecer nº 4/2018/CTBEA/GAB-GM/MAPA, de 07 de novembro de 2018, analisada pela Comissão Técnica Permanente de Bem-Estar Animal - CTBEA, deste Ministério, instituída pela Portaria nº 905, de 19 de abril de 2017, o qual reconhece o "Manual de Criação e Manejo - Mura - Galo de Combate", considerando as características da raça Mura, descrevendo procedimentos adequados para a criação e manejo destas aves, tendo em conta especificidades inerentes da raça com vistas a atender os princípios que norteiam o bem-estar animal. ([DOU 22/11/2018 – pág. 7](#))

Portaria MAPA nº 241, de 21 de julho de 2020 - Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Fórum Técnico de Bem-Estar Animal - FTBA/MAPA. ([DOU 24/7/2020 – pág. 2](#))

Retificação: [DOU 27/7/2020 – pág. 3](#)

Portaria MAPA nº 424, de 14 de abril de 2022 - Incorpora ao ordenamento jurídico nacional os "Requisitos Zoossanitários dos Estados Partes para a importação de suínos domésticos com a finalidade de animal de companhia, aprovados pela Resolução Mercosul/GMC nº 21/20". ([DOU 18/4/2022 – págs. 1 a 3](#))

Portaria SDA/MAPA nº 365, de 16 de julho de 2021 - Aprova o Regulamento Técnico de Manejo Pré-abate e Abate Humanitário e os métodos de insensibilização autorizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. ([DOU EE 23/7/2021 – págs. 1 a 4](#))

Alterações: Portaria SDA/MAPA nº 631, de 27 de julho de 2022 ([DOU 29/7/2022 – pág. 4](#))
Portaria SDA/MAPA nº 740, de 24 de janeiro de 2023 ([DOU 26/1/2023 – pág. 8](#))
Portaria SDA/MAPA nº 864, de 31 de julho de 2023 ([DOU 1/8/2023 – pág. 5](#))

Retificação: [DOU 8/8/2023 – pág. 3](#)

Portaria MAPA nº 583, de 16 de maio de 2023 - Institui a Campanha Nacional do "Mês da Saúde Animal". ([DOU 19/5/2023 – pág. 5](#))

Portaria MAPA nº 587, de 22 de maio de 2023 - Declara estado de emergência zoossanitária em todo o território nacional, por 180 dias, em função da detecção da infecção pelo vírus da influenza aviária H5N1 de alta patogenicidade (IAAP) em aves silvestres no Brasil. ([DOU EE 22/5/2023 – pág. 1](#))

Alterações: Portaria MAPA nº 624, de 6 de novembro de 2023 ([DOU 7/11/2023 – pág. 1](#))
Portaria MAPA nº 680, de 6 de maio de 2024 ([DOU 7/5/2024 – pág. 9](#))
Portaria MAPA nº 727, de 24 de abril de 2024 ([DOU 25/10/2024 – pág. 1](#))
Portaria MAPA nº 784, de 4 de abril de 2025 ([DOU 7/4/2025 – pág. 3](#))
Portaria MAPA nº 845, de 3 de outubro de 2025 ([DOU EE 6/10/2025 – pág. 1](#))

Retificação: No título da Portaria MAPA nº 727, de 24 de abril de 2024, onde se lê: "Portaria MAPA nº 727, de 24 de abril de 2024", leia-se: "Portaria MAPA nº 727, de 24 de outubro de 2024" ([DOU 1/11/2024 – pág. 5](#))

Portaria MAPA nº 607, de 17 de agosto de 2023 - Incorpora ao ordenamento jurídico nacional os "Requisitos Zoossanitários dos Estados Partes para a importação de aves de cativeiro (silvestres ou ornamentais)", aprovados pela Resolução MERCOSUL/GMC nº 16/23. ([DOU 18/8/2023 – págs. 11 a 12](#))

Portaria MAPA nº 608, de 17 de agosto de 2023 - Incorpora ao ordenamento jurídico nacional os Requisitos Zoossanitários dos Estados Partes para a importação de aves na condição de animais de companhia, aprovados pela Resolução MERCOSUL/GMC nº 17/23. ([DOU 18/8/2023 – págs. 13 a 14](#))

Portaria SDA/MAPA nº 884, de 6 de setembro de 2023 - Aprova o Programa Nacional de Moluscos Bivalves Seguros - MoluBiS, que estabelece o controle higiênico-sanitário dos moluscos bivalves destinados ao consumo humano ou animal, o seu monitoramento e sua fiscalização. ([DOU 15/9/2023 – págs. 82 a 85](#))

Portaria MAPA nº 676, de 18 de abril de 2024 - Aprova os procedimentos para solicitação, avaliação, concessão e revogação da autorização excepcional para abate e processamento de produtos de origem animal de espécies de açoque de acordo com preceitos religiosos. ([DOU 19/4/2024 – pág. 3 a 4](#))

Portaria SDA/MAPA nº 1.082, de 17 de abril de 2024 - Estabelece normas, critérios e padrões para a importação e quarentena de aves ornamentais e de ovos para incubação de aves ornamentais, e para o credenciamento de estabelecimento quarentenário para aves ornamentais e ovos para incubação de aves ornamentais. ([DOU 19/4/2024 – págs. 4 a 7](#))

Portaria SDA/MAPA nº 1.139, de 4 de julho de 2024 - Estabelece os procedimentos para registro, controle e fiscalização de laboratório de sexagem de sêmen animal. ([DOU 8/7/2024 – págs. 5 a 6](#))

Retificação: [DOU 15/7/2024 – pág. 51](#)

Portaria MAPA nº 741, de 10 de dezembro de 2024 - Incorpora ao ordenamento jurídico nacional os Requisitos zoossanitários dos Estados Partes para o ingresso e circulação de caninos e felinos domésticos e os modelos de Certificado Veterinário Internacional e de Certificado de Exigências Adicionais, aprovados pela Resolução MERCOSUL/GMC/RES. nº 20/24. ([DOU 12/12/2024 – págs. 24 a 25](#))

Portaria MAPA nº 782, de 26 de março de 2025 - Estabelece, em todo o território nacional, medidas preventivas em função do risco de ingresso e de disseminação da influenza aviária de alta patogenicidade no país. ([DOU 27/3/2025 – pág. 2](#))

PORTARIAS - OUTRAS

[Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990](#) - Aprova o Regulamento sobre coleta por estrangeiros de dados e materiais científicos. ([DOU 15/3/1990 – págs. 5460 a 5464](#))

Alterações: Portaria MCT nº 826, de 6 de novembro de 2008 ([DOU 7/11/2008 – pág. 10](#))
Portaria MCT nº 895, de 25 de outubro de 2010 ([DOU 27/10/2010 – pág. 15](#))

Retificação: [DOU 12/11/2010 – pág. 2](#)

Portaria MCT nº 268, de 18 de junho de 2004 - Institui o Programa de Pesquisa em Biodiversidade - PPBio, com o objetivo de promover o desenvolvimento de pesquisa, a formação e capacitação de recursos humanos e o fortalecimento institucional na área da pesquisa e desenvolvimento da diversidade biológica, em conformidade com as Diretrizes da Política Nacional de Biodiversidade. ([DOU 21/6/2004 – pág. 12](#))

Alterações: Portaria MCT nº 382, de 15 de junho de 2005 ([DOU 16/6/2005 – pág. 13](#))
Portaria MCT nº 388, de 22 de junho de 2006 ([DOU 26/6/2006 – pág. 13](#))

[Portaria MCT nº 319, de 7 de maio de 2009](#) - Institui, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, a Rede de Cooperação em Ciência e Tecnologia para a Conservação e o uso Sustentável do Cerrado - Rede Com- Cerrado. ([DOU 11/5/2009 – págs. 28 a 29](#))

[Portaria Interministerial \(MMA, MCT, MAPA, MDA\) nº 178, de 29 de maio de 2009](#) - Institui a Iniciativa Brasileira de Polinizadores-IBP, em consonância com a Iniciativa Internacional para Conservação e Uso Sustentável dos Polinizadores-IPI.

[Portaria Interministerial \(MMA, MDS e MMA\) nº 239, de 21 de julho de 2009](#) - Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

[Portaria MCT nº 693, de 20 de agosto de 2009](#) - Institui, no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade - PPBio, a Política de Dados. ([DOU 21/8/2009 – págs. 8 a 9](#))

Portaria Normativa MD nº 1.887, de 22 de dezembro de 2010 - Estabelece diretrizes para mitigação dos riscos operacionais à aviação decorrentes de perigo aviário nos aeródromos e suas imediações. ([DOU 24/12/2010 – pág. 20](#))

Portaria nº 906/GC5, de 22 de dezembro de 2010 - Estabelece o Plano Básico de Gerenciamento de Risco Aviário - PBGRA e dispõe sobre as ações dos Órgãos do Comando da Aeronáutica visando à eliminação ou mitigação do risco aviário à operação de aeronaves. ([DOU 23/12/2010 – pág. 55](#))

Portaria nº 249/GC5, de 6 de maio de 2011 - Aprova a edição do PCA 3-2, que dispõe sobre o Plano Básico de Gerenciamento do Risco Aviário - PBGRA nos aeródromos brasileiros. ([DOU 9/5/2011 – pág. 05](#))

[Portaria MTUR nº 130, de 26 de julho de 2011](#) - Institui o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – Cadastur e o Comitê Consultivo do Cadastur – CCCad.

Portaria Interministerial (MMA, MDS, MDA e MP) nº 29, de 8 de fevereiro de 2012 - Institui, no âmbito do MMA, MDA, MDS e MP, Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar um plano de ação que contemple a estruturação social, produtiva e a regularização fundiária nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, instituídas pelo ICMBio e nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária Ambientalmente Diferenciados, instituídos pelo INCRA. ([DOU 13/2/2013 – pág. 71](#))

Portaria MCTI nº 465, de 23 de maio de 2013 - Aprova a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização e Animais para fins Científicos e Didáticos - DBCA. ([DOU 27/5/2013 – pág. 7](#))

Anexo: [DBCA](#)

Portaria MCTI nº 596, de 25 de junho de 2013 - Aprova as Diretrizes da Prática de Eutanásia do Concea. ([DOU 26/6/2013 – pág. 15](#))

Portaria Interministerial (MMA e MT) nº 288, de 16 de julho de 2013 - Institui o Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis-PROFAS, para fins de regularização ambiental das rodovias federais. ([DOU 19/7/2013 – págs. 60 a 62](#))

Portaria MCTI nº 460, de 30 de abril de 2014 - Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea. ([DOU 2/5/2014 – págs. 5 a 8](#))

Portaria MCTI nº 1.332, de 3 de dezembro de 2014 - Dispõe sobre o licenciamento das atividades destinadas à produção, à manutenção ou à utilização de animais para ensino ou pesquisa científica, de que trata o art. 11 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, realizadas em instalações de instituições públicas ou privadas previamente credenciadas no Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea. ([DOU 4/12/2014 – pág. 26](#))

Portaria Interministerial (MMA, MJ, MINC e MS) nº 60, de 24 de março de 2015 - Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- Ibama. ([DOU 25/3/2015 – págs. 71 a 77](#))

Portaria Conjunta (Ibama e ICMBio) nº 1, de 4 de abril de 2015 - Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação dos Quelônios Amazônicos - PAN Quelônios Amazônicos, estabelece seus objetivos geral e específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão. ([DOU 5/5/2015 – pág. 44](#))

Retificação: Onde se lê: "04 de abril de 2015", leia-se: "04 de maio de 2015". ([DOU 6/5/2015 – pág. 59](#))

Portaria MS de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017 - Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde. ([Consolidação 1](#) ou [Consolidação 2](#))

Obs: Ver Anexo V, Capítulo I – Da Lista nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública

Portaria MCTIC nº 5.861, de 5 de outubro de 2017 - Institui o novo Sistema de Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais - CIUCA. ([DOU 9/10/2017 – pág. 4](#))

Portaria Interministerial (MDIC e MMA) nº 74, de 1º de novembro de 2017 - Estabelece medidas mitigadoras para redução da captura incidental e da mortalidade de tartarugas marinhas por embarcações pesqueiras que operam na modalidade espinhel horizontal de superfície, no mar territorial brasileiro, na Zona Econômica Exclusiva - ZEE brasileira e águas internacionais. ([DOU 6/11/2017 – págs. 81 a 84](#))

Portaria Interministerial (MMA e MAPA) nº 232, de 28 de junho de 2017 - Dispõe sobre o Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali (*Sus scrofa*) no Brasil - Plano Javali, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, coordenação e monitoria. ([DOU 8/11/2017 – pág. 111](#))

Alteração: Portaria Interministerial (MMA e MAPA) nº 26, de 31 de janeiro de 2022 ([DOU EE 31/1/2022 – pág. 1](#))

Portaria (Secretaria de Biodiversidade do MMA) nº 1, de 5 de abril de 2018 - Reconhece a 3ª semana do mês de abril como a "Semana de Estudos para a Proteção dos Papagaios e demais Psitacídeos Brasileiros". ([DOU 6/4/2018 – pág. 176](#))

Portaria MTUR nº 105, de 20 de junho de 2018 - Disciplina o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - Cadastur instituído pela Portaria MTur nº 130, de 26 de julho de 2011. ([DOU 25/6/2018 – págs. 60 a 61](#))

Portaria Conjunta (MMA e ICMBIO) nº 261, de 29 de junho de 2018 - Institui a Iniciativa Azul do Brasil. ([DOU 30/7/2018 – pág. 144](#))

Portaria (Secretaria de Biodiversidade do MMA) nº 2, de 30 de julho de 2018 - Institui o dia 02 de agosto como o "Dia do Mico-Leão-Dourado". ([DOU 1/8/2018 – pág. 76](#))

Portaria (Secretaria de Biodiversidade do MMA) nº 3, de 16 de agosto de 2018 - Institui o Plano de Implementação da Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras. ([DOU 17/8/2018 – pág. 75](#))

Portaria (Secretaria de Biodiversidade do MMA) nº 3, de 17 de setembro de 2018 - Institui o dia 31 de julho como o "Dia da Baleia Franca". ([DOU 18/9/2018 – pág. 63](#))

Portaria (Secretaria de Biodiversidade do MMA) nº 4, de 17 de setembro de 2018 - Institui o dia 28 de fevereiro como o "Dia do Mico-Leão-Preto". ([DOU 18/9/2018 – pág. 63](#))

Portaria (Secretaria de Biodiversidade do MMA) nº 5, de 17 de setembro de 2018 - Reconhece a 3ª semana do mês de março como a "Semana de Estudos dos Primatas". ([DOU 18/9/2018 – pág. 63](#))

Portaria (Secretaria de Biodiversidade do MMA) nº 7, de 10 de outubro de 2018 - Institui o dia 27 de agosto como o "Dia do Muriqui". ([DOU 16/10/2018 – pág. 57](#))

Portaria (Secretaria de Biodiversidade do MMA) nº 8, de 16 de outubro de 2018 - Reconhece a Onça-Pintada (*Panthera onca*) como símbolo brasileiro da conservação da biodiversidade e estabelece o Dia Nacional da Onça-Pintada. ([DOU 1/11/2018 – págs. 90 a 91](#))

Portaria (Secretaria de Biodiversidade do MMA) nº 9, de 26 de novembro de 2018 - Institui a Unidade de Coordenação do Projeto "Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal" (GEF-Terrestre -BR-G1004). ([DOU 28/11/2018 – pág. 162](#))

Portaria MCTI nº 6.223, de 29 de novembro de 2018 - Institui o Sistema de Informações sobre a Biodiversidade Brasileira - SiBBR e dispõe sobre o modelo de governança adotado. ([DOU 3/12/2018 – págs. 18 a 19](#))

Portaria MCTI nº 4.556, de 15 de março de 2021 - Cria a Rede Nacional de Métodos Alternativos ao Uso de Animais - RENAMA no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. ([DOU 17/3/2021 – pág. 4](#))

Alteração: Portaria SEPPE/MCTI nº 7.979, de 14 de março de 2024 ([DOU 20/3/2024 – pág. 4](#))

Portaria Conjunta (Ibama e ICMBio) nº 7, de 25 de novembro de 2022 - Institui o Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental (SISBia) no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ([DOU 29/11/2022 – págs. 40 a 41](#))

Portaria Conjunta MMA/Ibama/ICMBio nº 3, de 8 de janeiro de 2024 - Estabelece diretrizes e procedimentos para a atividade de desenredamento de grandes cetáceos em águas jurisdicionais brasileiras. ([DOU 16/1/2024 – pág. 32](#))

RESOLUÇÕES CONAMA

[Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986](#) - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

[Resolução nº 13, de 6 de dezembro de 1990](#) - Dispõe sobre a área circundante, num raio de dez quilômetros, das Unidades de Conservação.

[Resolução nº 009, de 24 de outubro de 1996](#) - Estabelece corredor de vegetação área de trânsito a fauna.

[Resolução nº 10, de 24 de outubro de 1996](#) - Regulamenta o licenciamento ambiental em praias onde ocorre a desova de tartarugas marinhas.

[Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997](#) - Dispõe sobre o licenciamento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

[Resolução nº 323, de 25 de abril de 2003](#) - Institui a Câmara Técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros.

[Resolução nº 347, de 10 de setembro de 2004](#) - Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico.

[Resolução nº 369, de 28 de março de 2006](#) - Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP.

[Resolução nº 385, de 27 de dezembro de 2006](#) - Estabelece procedimentos a serem adotados para o licenciamento ambiental de agroindústrias de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental.

[Resolução nº 394, de 6 de novembro de 2007](#) - Estabelece os critérios para a determinação de espécies silvestres a serem criadas e comercializadas como animais de estimação.

[Resolução nº 398, de 11 de junho de 2008](#) - Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração.

[Resolução nº 420, de 28 de dezembro de 2009](#) - Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Retificação: [DOU 13/2/2012 – pág. 124](#)
[DOU 2/5/2012 – pág. 44](#)

[Resolução nº 425, de 25 de maio de 2010](#) - Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado.

[Resolução nº 429, de 28 de fevereiro de 2011](#) - Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente -APPs.

[Resolução nº 457, de 25 de junho de 2013](#) - Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também

oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1º do art. 25, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

[Resolução nº 458, de 16 de julho de 2013](#) - Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária.

[Resolução nº 462, de 24 de julho de 2014](#) - Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em superfície terrestre, altera o art. 1º da Resolução CONAMA nº 279, de 27 de julho de 2001.

Retificação: [DOU 23/10/2014 – pág. 70](#)

[Resolução nº 466, de 5 de fevereiro de 2015](#) - Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e autorização do Plano de Manejo de Fauna em Aeródromos.

Resolução nº 467, de 16 de julho de 2015 - Dispõe sobre critérios para a autorização de uso de produtos ou de agentes de processos físicos, químicos ou biológicos para o controle de organismos ou contaminantes em corpos hídricos superficiais. ([DOU 17/7/2015 – págs. 70 a 71](#))

Retificação: [DOU 26/8/2015 – pág. 56](#)

Resolução nº 470, de 27 de agosto de 2015 - Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais. ([DOU 28/8/2015 – págs. 95 a 97](#))

Retificação: [DOU 23/10/2015 – pág. 103](#)

Resolução nº 472, de 27 de novembro de 2015 - Dispõe sobre o uso de dispersantes químicos em incidentes de poluição por óleo no mar. ([DOU 9/12/2015 – págs. 117 a 119](#))

Resolução nº 482, de 3 de outubro de 2017 - Dispõe sobre a utilização da técnica de queima controlada emergencial como ação de resposta a incidentes de poluição por óleo no mar. ([DOU 6/10/2017 – págs. 119 a 123](#))

Resolução nº 487, de 15 de maio de 2018 - Define os padrões de marcação de animais da fauna silvestre, suas partes ou produtos, em razão de uso e manejo em cativeiro de qualquer tipo. ([DOU 16/5/2018 – págs. 117 a 118](#))

Resolução nº 489, de 26 de outubro de 2018 - Define as categorias de atividades ou empreendimentos e estabelece critérios gerais para a autorização de uso e manejo, em cativeiro, da fauna silvestre e da fauna exótica. ([DOU 30/10/2018 – págs. 69 a 70](#))

Resolução nº 496, de 19 de agosto de 2020 - Disciplina o uso e o manejo sustentáveis das abelhas-nativas-sem-ferrão em meliponicultura. ([DOU 20/8/2020 – pág. 91](#))

RESOLUÇÕES CFMV e CFBIO

[Resolução CFMV nº 413, de 10 de dezembro de 1982](#) - Aprova o Código de Deontologia e de Ética Profissional Zootécnico.

Resolução CFBio nº 2, de 5 de março de 2002 - Aprova o Código de Ética do Profissional Biólogo. ([DOU 21/3/2002 – págs. 137 a 138](#))

[Resolução CFMV nº 829, de 25 de abril de 2006](#) - Disciplina atendimento médico veterinário a animais silvestres/selvagens.

[Resolução CFMV nº 850, de 5 de dezembro de 2006](#) - Dispõe sobre a fisioterapia animal.

[Resolução CFMV nº 877, de 15 de fevereiro de 2008](#) - Dispõe sobre os procedimentos cirúrgicos em animais de produção e em animais silvestres; e cirurgias mutilantes em pequenos animais.

Alterações: Resolução CFMV nº 1.027, de 10 de maio de 2013 ([DOU 18/6/2013 – pág. 99](#))

Resolução CFMV nº 1.595, de 22 de março de 2024 ([DOU 27/3/2024 – pág. 165](#))

[Resolução CFMV nº 879, de 15 de fevereiro de 2008](#) - Dispõe sobre o uso de animais no ensino e na pesquisa e regulamenta as Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs) no âmbito da Medicina Veterinária e da Zootecnia brasileiras.

[Resolução CFMV nº 923, de 13 de novembro de 2009](#) - Dispõe sobre procedimentos e responsabilidades do Médico Veterinário e do Zootecnista em relação à biossegurança no manuseio de microorganismos e de animais domésticos, silvestres, exóticos e de laboratório, inclusive os geneticamente modificados, bem como suas partes, fluidos, secreções e excreções.

[Resolução CFMV nº 1.000, de 11 de maio de 2012](#) - Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais.

Resolução CFBio nº 350, de 10 de outubro de 2014 - Dispõe sobre as diretrizes para a atuação do Biólogo em Licenciamento Ambiental. ([DOU 20/10/2014 – págs. 102 a 103](#))

[Resolução CFMV nº 1.069, de 27 de outubro de 2014](#) - Dispõe sobre Diretrizes Gerais de Responsabilidade Técnica em estabelecimentos comerciais de exposição, manutenção, higiene estética e venda ou doação de animais.

Alteração: Resolução CFMV nº 1.293, de 12 de novembro de 2019 ([DOU 14/11/2019 - pág. 41](#))

[Resolução CFMV nº 1.138, de 16 de dezembro de 2016](#) - Aprova o Código de Ética do Médico Veterinário.

Alteração: Resolução CFMV nº 1207, de 23 de março de 2018 ([DOU 27/3/2018 – páq. 144](#))

Resolução CFMV nº 1.178, de 17 de outubro de 2017 - Dispõe sobre a responsabilidade técnica em estabelecimentos que criem ou utilizem animais em atividades de pesquisa ou ensino. ([DOU 27/10/2017 – páq. 131](#))

Resolução CFMV nº 1.236, de 26 de outubro de 2018 - Define e caracteriza crueldade, abuso e maus-tratos contra animais vertebrados, dispõe sobre a conduta de médicos veterinários e zootecnistas. ([DOU 29/10/2018 – págs. 133 a 134](#))

Alteração: Resolução CFMV nº 1.284, de 19 de agosto de 2019 ([DOU 20/8/2019 - páq. 131](#))

Resolução CFBio nº 476, de 8 de junho de 2018 - Dispõe sobre a atuação do Biólogo no manejo, gestão, pesquisa e conservação de fauna *ex situ*. ([DOU 18/6/2018 – págs. 171 a 173](#))

[Resolução CFMV nº 1.275, de 25 de junho de 2019](#) - Conceitua e estabelece condições para o funcionamento de Estabelecimentos Médico-Veterinários de atendimento a animais de estimação de pequeno porte.

[Resolução CFMV nº 1321 DE 24 de abril de 2020](#) - Institui normas sobre os documentos no âmbito da clínica médica-veterinária.

Resolução CFBio nº 526, de 4 de setembro de 2019 - Dispõe sobre a atuação do Biólogo no manejo, gestão, pesquisa e conservação *in situ* da fauna e de substâncias oriundas de seu metabolismo. ([DOU 24/9/2019 - págs. 102 a 103](#))

Resolução CFBio nº 538, de 6 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a atuação do Biólogo na área de Análises Laboratoriais Animal. ([DOU 11/12/2019 - páq. 209](#))

Resolução CFBio nº 539, de 6 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a atuação do Biólogo na área de Procedimentos *in vitro* da Biologia da transfusão animal. ([DOU 12/12/2019 - págs. 308 a 309](#))

Resolução CFMV nº 1453, de 27 de abril de 2022 - Especifica o campo de atividades do Zootecnista. ([DOU 28/4/2022 – páq. 164](#))

Resolução CFBio nº 627, de 8 de setembro de 2022 - Dispõe sobre a atuação do Biólogo no Controle de Vetores e Pragas Sinantrópicas. ([DOU 16/9/2022 – págs. 847 a 849](#))

Resolução CFMV nº 1.509, de 15 de março de 2023 - Dispõe sobre medida excepcional para prevenção e enfrentamento do vírus influenza Aviária (gripe aviária). ([DOU 17/3/2023 – páq. 85](#))

Resolução CFMV nº 1.511, de 28 de março de 2023 - Institui diretrizes para a atuação de médicos-veterinários e zootecnistas em desastres em massa envolvendo animais domésticos e selvagens. ([DOU 29/3/2023 – páq. 111 a 112](#))

Resolução CFMV nº 1.596, de 26 de março de 2024 - Dispõe sobre Diretrizes Gerais de Responsabilidade Técnica em Programas, Campanhas e Mutirões de esterilização cirúrgica de caninos e felinos domésticos com a finalidade de manejo populacional. ([DOU 3/4/2024 – páq. 93](#))

Resolução CFBio nº 700, de 20 de abril de 2024 - Dispõe sobre a regulamentação das Áreas do Conhecimento, das Atividades Profissionais e das Áreas de Atuação do Biólogo, em Meio Ambiente e Biodiversidade, Saúde, Biotecnologia e Produção Industrial e Educação, para efeito do exercício profissional. ([DOU 26/4/2024 – págs. 154 a 157](#))

Resolução CFBio nº 706, de 22 de junho de 2024 - Dispõe sobre os procedimentos de estudo, registro, captura, contenção, marcação, soltura e coleta de animais vertebrados *in situ* e *ex situ*. ([DOU 8/7/2024 – págs. 299 a 300](#))
Anexos no Portal do CFBio: https://cfbio.gov.br/wp-content/uploads/2024/7/RES706_2024_anexos.pdf

RESOLUÇÕES Concea

Resolução Normativa Concea nº 18, de 24 de setembro de 2014 - Reconhece métodos alternativos ao uso de animais em atividades de pesquisa no Brasil, nos termos da Resolução Normativa nº 17, de 3 de julho de 2014. ([DOU 24/9/2014 – páq. 9](#))

Resolução Normativa Concea nº 22, de 25 de junho de 2015 - Baixa o Capítulo "Estudos conduzidos com animais domésticos mantidos fora de instalações de instituições de ensino ou pesquisa científica" do Guia Brasileiro de Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica do Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal - Concea. ([DOU 2/10/2015 – páq. 4](#)) ([ANEXO no site](#))

Resolução Normativa Concea nº 25, de 29 de setembro de 2015 - Baixa o Capítulo "Introdução Geral" do Guia Brasileiro de Produção, Manutenção ou Utilização de Animais para Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica do Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal - Concea. ([DOU 6/10/2015 – páq. 6](#)) ([ANEXO no site](#))

Resolução Normativa Concea nº 31, de 18 de agosto de 2016 - Reconhece métodos alternativos ao uso de animais em atividades de pesquisa no Brasil. ([DOU 19/8/2016 – páq. 4](#))

Resolução Normativa Concea nº 32, de 6 de setembro de 2016 - Baixa as Diretrizes de Integridade e de Boas Práticas para Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica. ([DOU 8/9/2016 – págs. 5 a 6](#))

Resolução Normativa Concea nº 37, de 15 de fevereiro de 2018 - Baixa a Diretriz da Prática de Eutanásia do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea. ([DOU 22/2/2018 – pág. 5](#))

Resolução Normativa Concea nº 40, de 24 de julho de 2018 - Baixa o Capítulo "Estudos conduzidos com animais silvestres mantidos fora de instalações de instituições de ensino ou pesquisa científica" do Guia Brasileiro de Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica. ([DOU 25/7/2018 – pág. 6](#))

Resolução Normativa Concea nº 49, de 7 de maio de 2021 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de capacitação do pessoal envolvido em atividades de ensino e pesquisa científica que utilizam animais. ([DOU 10/5/2021 – págs. 4 a 5](#))

Resolução GM nº 50, de 13 de maio de 2021 - Dispõe sobre os critérios e procedimentos para emissão, extensão, revisão, suspensão, reativação, renovação e cancelamento do Credenciamento Institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa - CIAEP das instituições que produzem, mantém ou utilizam animais em atividades de ensino ou pesquisa científica, a vinculação dos centros públicos ou privados que utilizam animais em atividades de ensino a instituições credenciadas pelo Conselho Nacional de Controle de Experimental Animal - Concea. ([DOU 19/5/2021 – pág. 143](#))

Resolução Normativa Concea nº 51, de 19 de maio de 2021 - Dispõe sobre a instalação e o funcionamento das Comissões de Ética no Uso de Animais - CEUAs e dos biotérios ou instalações animais. ([DOU 24/5/2021 – págs. 5 a 6](#))

Resolução Normativa Concea nº 52, de 19 de maio de 2021 - Dispõe sobre os formulários unificados para solicitação de autorização para uso de animais em ensino ou pesquisa científica e sobre a autorização e certificação pelas Comissões de Ética no Uso de Animais - CEUAs. ([DOU 24/5/2021 – págs. 6 a 10](#))

Resolução Normativa Concea nº 53, de 19 de maio de 2021 - Dispõe sobre restrições ao uso de animais em ensino, em complemento à Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou de Pesquisa Científica - DBCA. ([DOU 24/5/2021 – pág. 10](#))

Resolução Concea nº 54, de 10 de janeiro de 2022 - Dispõe sobre o reconhecimento de métodos alternativos ao uso de animais em atividades de ensino e pesquisa científica. ([DOU 17/1/2022 – págs. 18](#))

Resolução Concea nº 55, de 5 de outubro de 2022 - Atualiza o texto da Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou de Pesquisa Científica - DBCA. ([DOU 7/10/2022 – págs. 10 a 15](#))

Resolução Concea nº 56, de 5 de outubro de 2022 - Reconhece métodos alternativos ao uso de animais em atividades de pesquisa no Brasil. ([DOU 7/10/2022 – pág. 15](#))

Resolução Concea nº 57, de 6 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre as condições que deverão ser observadas para a criação, a manutenção e a experimentação de Roedores e Lagomorfos mantidos em instalações de ensino ou pesquisa científica. ([DOU 7/12/2022 – pág. 37](#))

Resolução nº 58, de 24 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre a proibição do uso de animais vertebrados, exceto seres humanos, em pesquisa científica, desenvolvimento e controle de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes que utilizem em suas formulações ingredientes ou compostos com segurança e eficácia já comprovadas cientificamente e dá outras providências. ([DOU 1/3/2023 – pág. 8](#))

Resolução Concea nº 59, de 2 de maio de 2023 - Dispõe sobre as condições que deverão ser observadas para a criação, a manutenção e a experimentação de cães e gatos mantidos em instalações de instituições de ensino ou pesquisa científica. ([DOU 4/5/2023 – pág. 11](#))

Resolução Concea nº 60, de 2 de maio de 2023 - Dispõe sobre as condições que deverão ser observadas para a criação, a manutenção e a experimentação de primatas não humanos mantidos em instalações de instituições de ensino ou pesquisa científica. ([DOU 4/5/2023 – págs. 11 a 12](#))

Resolução Concea nº 62, de 2 de maio de 2023 - Dispõe sobre as condições que deverão ser observadas para a criação, a manutenção e a experimentação com anfíbios e serpentes mantidos em instalações de instituições de ensino ou pesquisa científica. ([DOU 4/5/2023 – pág. 13](#))

Resolução Concea nº 63, de 2 de maio de 2023 - Dispõe sobre as condições que deverão ser observadas para a criação, a manutenção e a experimentação de pequenos ruminantes mantidos em instalações de ensino ou pesquisa científica. ([DOU 4/5/2023 – págs. 13 a 14](#))

Resolução Concea nº 64, de 2 de maio de 2023 - Dispõe sobre as condições que deverão ser observadas para a criação, a manutenção e a experimentação de grandes ruminantes mantidos em instalações de ensino ou pesquisa científica. ([DOU 4/5/2023 – págs. 14 a 15](#))

Resolução Concea nº 65, de 2 de maio de 2023 - Dispõe sobre as condições que deverão ser observadas para a criação, a manutenção e a experimentação de equídeos mantidos em instalações de ensino ou pesquisa científica. ([DOU 4/5/2023 – pág. 15](#))

Resolução Concea nº 66, de 2 de maio de 2023 - Dispõe sobre as condições que deverão ser observadas para a criação, a manutenção e a experimentação de suínos mantidos em instalações de instituições de ensino ou pesquisa científica. ([DOU 4/5/2023 – pág. 16](#))

Resolução Concea nº 67, de 2 de maio de 2023 - Dispõe sobre as condições que deverão ser observadas para a criação, a manutenção e a experimentação de aves mantidas em instalações de instituições de ensino ou pesquisa científica. ([DOU 4/5/2023 – pág. 16](#))

Resolução Concea nº 69, de 30 de outubro de 2024 - Dispõe sobre a realocação de animais em atividades de ensino ou pesquisa científica. ([DOU 31/10/2024 – pág. 10](#))

OUTRAS RESOLUÇÕES

[Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004](#) - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

Resolução MMA nº 34, de 12 de fevereiro de 2009 - Estabelece a forma de comprovação da observância da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para fins de concessão de patente de invenção pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial. ([DOU 24/3/2009 – pág. 72](#))

Retificação: [DOU 28/4/2009 – pág. 70](#)

Resolução Conac nº 3, de 23 de setembro de 2010 - Das diretrizes para mitigação dos riscos operacionais à aviação decorrentes de perigo aviário nos aeródromos e suas imediações. ([DOU 27/9/2010 – pág. 18](#))

[Resolução MMA nº 35, de 27 de abril de 2011](#) - Dispõe sobre a regularização de atividades de acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado e sua exploração econômica realizadas em desacordo com a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 e demais normas pertinentes.

Resolução CNE nº 2, de 15 de junho de 2012 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. ([DOU 18/6/2012 – págs. 70 a 71](#))

Resolução Normativa CNPQ nº 48, de 15 de dezembro de 2014 - Institui a Rede Nacional de Biotérios de Produção de Animais para Fins Científicos, Didáticos e Tecnológicos (REBIOTERIO). ([DOU 17/12/2014 – pág. 5](#))

Resolução Normativa CNPQ nº 5, de 11 de março de 2016 - Estabelece o Regimento da Rede Nacional de Biotérios de Produção de Animais para Fins Científicos, Didáticos e Tecnológicos (REBIOTERIO), instituída pela RN-048/2014, de 15 de dezembro de 2014. ([DOU 18/3/2016 – pág. 16](#))

Alteração: Resolução Normativa CNPQ nº 14, de 27 de setembro de 2017 ([DOU 29/9/2017 – pág. 36](#))

Resolução MMA nº 6, de 7 de junho de 2017 - Institui critérios e procedimentos para definição de áreas rurais relevantes para a conservação de espécies ameaçadas de extinção no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde. ([DOU 9/6/2017 – pág. 119](#))

Resolução CNRH nº 196, de 8 de março de 2018 - Aprova o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai – PRH Paraguai. ([DOU 19/7/2018 – pág. 43](#)) ([PRH Paraguai – portal da ANA](#))

Resolução Conabio nº 7, de 29 de maio de 2018 - Dispõe sobre a Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras. ([DOU 13/6/2018 – pág. 69](#))

Resolução Contran nº 791, de 18 de junho de 2020 - Consolida as normas sobre o transporte de animais de produção, de interesse econômico, de esporte, de lazer ou de exposição. ([DOU 24/6/2020 – págs. 99 a 100](#))

Resolução Conabio nº 10, de 3 de abril de 2025 - Dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Nacional de Biodiversidade. ([DOU 14/7/2025 – págs. 83 a 85](#))

PATRIMÔNIO GENÉTICO E CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO

A legislação específica sobre **acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado** está disponível no portal do **Conselho de Gestão do Patrimônio Genético-CGEN** do Ministério do Meio Ambiente:

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/patrimonio-genetico>

ORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADO

A legislação referente à OGM (Organismo Geneticamente Modificado) e derivados, incluindo “animais geneticamente modificados” está disponível no portal da **CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança)**:

<http://ctnbio.mctic.gov.br>

CONVENÇÃO SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS ESPÉCIES DA FLORA E FAUNA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO (CITES)

As informações sobre a CITES (texto da convenção, apêndices etc) estão disponíveis nos seguintes links:

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/biodiversidade/cites-e-comercio-exterior/convencao-sobre-comercio-internacional-das-especies-da-flora-e-fauna-selvagens-em-perigo-de-extincao-cites#sobreacites>

<https://cites.org/esp>

OUTRAS

[Declaração Universal dos Direitos dos Animais](#) – Proclamada em assembleia da Unesco, em Bruxelas, no dia 27 de janeiro de 1978.

RECURSOS PESQUEIROS

Decreto-LEI

[Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967](#) - Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca.

LEIS

[Lei nº 7.356, de 30 de agosto de 1985](#) - Determina a inclusão de parágrafo no art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 - Lei Orgânica da Previdência Social, regulando a inclusão dos pescadores no regime dessa Lei.

[Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#) - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio.

[Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#) - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

[Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997](#) - Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.

[Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997](#) - Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.

[Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003](#) - Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

[Lei nº 10.849, de 23 de março de 2004](#) - Cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira.

[Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008](#) - Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores.

[Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009](#) - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras.

OUTRAS LEIS

[Lei nº 12.068, de 29 de outubro de 2009](#) - Institui o Dia do Pescador Amador.

[Lei nº 12.531, de 2 de dezembro de 2011](#) - Institui o Dia Nacional da Aquicultura.

[Lei nº 12.820, de 5 de junho de 2013](#) - Institui o Dia Nacional do Engenheiro de Pesca a ser comemorado na data de 14 de dezembro.

DECRETOS

[Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934](#) - Decreta o Código de Águas.

[Decreto-Lei nº 453, de 5 de fevereiro de 1969](#) - Aprova o Acordo de Pesca, entre o Brasil e a Argentina, assinado em Buenos Aires, em 29 de dezembro de 1967.

[Decreto nº 64.618, de 2 de junho de 1969](#) - Aprova o Regulamento de Trabalho a Bordo de Embarcações Pesqueiras.

[Decreto Legislativo nº 138, de 1995](#) - Aprova o texto do Acordo para a Conservação da Fauna Aquática nos Cursos dos Rios Limítrofes, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 1º de setembro de 1994.

Promulgação: [Decreto nº 1.806, de 6 de fevereiro de 1996](#)

[Decreto Legislativo nº 33, de 2002](#) - Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo para a Conservação da Fauna

Aquática nos Cursos dos Rios Limítrofes, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 19 de maio de 1999.

Promulga Protocolo Adicional: [Decreto nº 4.256, de 3 de junho de 2002](#)

[Decreto nº 1.694, de 13 de novembro de 1995](#) - Cria o Sistema Nacional de Informação da Pesca e Aquicultura – SINPESQ.

[Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998](#) - Regulamenta a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança de tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.

[Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999](#) - Aprova o Regulamento da Previdência Social.

[Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002](#) - Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.

[Decreto nº 4.810, de 19 de agosto de 2003](#) - Estabelece Normas Para Operação de embarcações pesqueiras nas Zonas Brasileiras de Pesca, Alto Mar e por meio de Acordos Internacionais.

[Decreto nº 4.895, de 25 de novembro de 2003](#) - Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura.

[Decreto nº 5.069, de 5 de maio de 2004](#) - Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca Conape.

[Decreto nº 5.474, de 22 de junho de 2005](#) - Regulamenta a Lei nº 10.849, de 23 de março de 2004, que cria o Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira, institui o Grupo Gestor do Profrota Pesqueira.

[Decreto nº 7.077, de 26 de janeiro de 2010](#) - Regulamenta a Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997, que concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.

[Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015](#) - Regulamenta a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente.

[Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015](#) - Regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira.

[Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021](#) - Institui a Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros - Rede Pesca Brasil.

[Decreto nº 11.550, de 5 de junho de 2023](#) - Dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

[Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023](#) - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Pesca e Aquicultura e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

[Decreto nº 11.626, de 2 de agosto de 2023](#) - Institui o Programa Povos da Pesca Artesanal.

[Decreto nº 11.852, de 26 de dezembro de 2023](#) - Institui o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura - ProAqui.

[Decreto nº 12.336, de 20 de dezembro de 2024](#) - Institui o Programa Nacional de Regularização de Embarcação de Pesca.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS - MMA

[Instrução Normativa MMA nº 4, de 24 de março de 2005](#) - Estabelece permissão de captura de recursos pesqueiros com fins científicos durante os períodos de defeso.

Instrução Normativa MMA nº 24, de 4 de julho de 2005 - Proíbe, anualmente, na bacia hidrográfica dos rios Araguaia-Tocantins, a captura, o transporte, a comercialização e a armazenagem do pirarucu (*Arapaima gigas*), no período de 1º de outubro a 31 de março. ([DOU 6/7/2005 – págs. 97 a 98](#))

Instrução Normativa MMA nº 35, de 29 de setembro de 2005 – Proíbe anualmente, no período de 1º de outubro a 31 de março, a pesca, o transporte, a armazenagem, o beneficiamento e a comercialização do tambaqui (*Colossoma macropomum*) na bacia hidrográfica do rio Amazonas. ([DOU 30/9/2005 – págs. 127 a 128](#))

INSTRUÇÕES NORMATIVAS - Ibama

[Instrução Normativa Ibama nº 29, de 31 de dezembro de 2002](#) - Estabelece critérios para a regulamentação, pelo Ibama, de Acordos de Pesca definidos no âmbito de uma determinada comunidade pesqueira.

Instrução Normativa Ibama nº 34, de 18 de junho de 2004 - Estabelece normas gerais para o exercício da pesca do pirarucu (*Arapaima gigas*) na Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas. ([DOU 22/6/2004 – pág. 74](#))

[Instrução Normativa Ibama nº 43, de 23 de julho de 2004](#) - Proíbe o uso de aparelhos e métodos na pesca em águas continentais e estabelece a distância permitida para pesca abaixo e acima de barragens, cachoeiras, corredeiras e escadas de peixe.

Alteração: [Instrução Normativa Ibama nº 120, de 16 de outubro de 2006](#)

[Instrução Normativa Ibama nº 51, de 21 de setembro de 2004](#) - Estabelece medidas de proteção, bem como normas para a pesca do lambari, das espécies *Astyanax bimaculatus* (tambiú/lambari, de rabo amarelo) e *Astyanax fasciatus* (lambari de rabo vermelho), em reservatórios públicos do território nacional.

[Instrução Normativa Ibama nº 135, de 4 de dezembro de 2006](#) - Dispõe sobre a captura das espécies sob controle nas águas jurisdicionais brasileiras e a obtenção de permissão de pesca específica do órgão competente.

[Instrução Normativa Ibama nº 201, de 22 de outubro de 2008](#) - Proíbe a pesca na bacia hidrográfica do rio Paraguai, nos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, no período de 5 de novembro ao último dia do mês de fevereiro, anualmente, para proteção à reprodução natural dos peixes.

Alteração: Instrução Normativa Interministerial (MAPA e MMA) nº 10, de 3 de março de 2017 ([DOU 6/3/2017 – pág. 49](#))

[Instrução Normativa Ibama nº 202, de 22 de outubro de 2008](#) - Dispõe sobre normas, critérios e padrões para a exploração com finalidade ornamental e de aquariofilia de peixes nativos ou exóticos de águas marinhas e estuarinas.

Alterações: Portaria SAP/MAPA nº 17, de 26 de janeiro de 2021 ([DOU 27/1/2021 – págs. 12 a 13](#))

Portaria Ibama nº 102, de 20 de setembro de 2022 ([DOU 21/9/2022 – págs. 152 a 158](#))

[Instrução Normativa Ibama nº 204, de 22 de outubro de 2008](#) - Estabelece normas, critérios e padrões para a exploração com finalidade ornamental e de aquariofilia de exemplares vivos de raias nativas de água continental, Família Potamotrygonidae.

[Instrução Normativa Ibama nº 9, de 27 de abril de 2009](#) - Estabelece restrições à pesca amadora e profissional no entorno da Estação Ecológica de Taiamã, na bacia do rio Paraguai.

Instrução Normativa Ibama nº 9, de 3 de dezembro de 2012 - Autoriza o uso do tambaqui, espécie *Colossoma Macropomum* (Cuvier, 1818) na atividade de aquicultura em sistema de cultivo em tanques-rede nos reservatórios artificiais, localizados ao longo do rio Tocantins; e proíbe o uso de híbridos interespecíficos na atividade de aquicultura na área de abrangência da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia. ([DOU 4/12/2012 – pág. 77](#))

Instrução Normativa Ibama nº 21, de 4 de outubro de 2018 - Estabelece normas para emissão da licença de importação de invertebrados aquáticos marinhos e estuarinos para fins de ornamentação e aquariofilia. ([DOU 10/10/2018 – págs. 84 a 85](#))

INSTRUÇÕES NORMATIVAS - MAPA (incluindo os extintos MPA e SEAP)

Instrução Normativa MAPA nº 53, de 2 de julho de 2003 - Aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos. ([DOU 4/7/2003 – págs. 12 a 14](#))

Instrução Normativa SEAP nº 3, de 12 de maio de 2004 - Dispõe sobre operacionalização do Registro Geral da Pesca. ([DOU 13/5/2004 – págs. 6 a 9](#))

Retificação: [DOU 16/6/2004 – pág. 6](#)

Alterações: [Instrução Normativa MPA nº 6, de 16 de abril de 2010](#)

· [Instrução Normativa MPA nº 6, de 19 de maio de 2011](#) (revogada pela Portaria MPA nº 174, de 26 de dezembro de 2023)

· Instrução Normativa MPA nº 8, de 4 de outubro de 2012 ([DOU 5/10/2012 – pág. 84](#))

· Instrução Normativa MAPA nº 20, de 1º de junho de 2016 ([DOU 2/6/2016 – pág. 5](#))

· Instrução Normativa SEAP nº 1, de 10 de agosto de 2018 ([DOU 13/8/2018 – pág. 53](#))

· [Instrução Normativa MAPA nº 69, de 13 de dezembro de 2019](#) ([DOU 18/12/2019 – págs. 4 a 8](#)) (revogada pela Portaria MPA nº 409, de 14 de janeiro de 2025)

Instrução Normativa SEAP nº 6, de 4 de maio de 2005 - Estabelece critérios e procedimentos para o recadastramento de pescador profissional inscritos no Registro Geral da Pesca. ([DOU 6/5/2005 – págs. 3 a 5](#))

Alterações: Instrução Normativa SEAP nº 14, de 31 de março de 2006 ([DOU 3/4/2006 pág. 1](#))

· Instrução Normativa SEAP nº 21, de 28 de setembro de 2006 ([DOU 29/9/2006 – pág. 23](#))

· Instrução Normativa SEAP nº 23, de 28 de novembro de 2006 ([DOU 29/11/2006 – págs. 21 a 22](#))

· Instrução Normativa SEAP nº 8, de 29 de março de 2007 ([DOU 30/3/2007 – pág. 1](#))

· Instrução Normativa SEAP nº 19, de 31 de julho de 2007 ([DOU 1/8/2007 – pág. 3](#))

· Instrução Normativa SEAP nº 29, de 29 de novembro de 2007 ([DOU 30/11/2007 – págs. 22](#))

· Instrução Normativa SEAP nº 17, de 30 de abril de 2008 ([DOU 6/5/2008 – pág. 3](#))

[Instrução Normativa SEAP nº 19, de 7 de outubro de 2008](#)

Instrução Normativa MPA nº 7, de 24 de dezembro de 2009 ([DOU 28/12/2009 – pág. 23](#))

[Instrução Normativa MPA nº 6, de 16 de abril de 2010](#)

Instrução Normativa MPA nº 17, de 11 de agosto de 2014 ([DOU 13/8/2014 – págs. 126-127](#)) (Revogada, porém não repringa a 6/2005)

Instrução Normativa SEAP nº 23, de 28 de novembro de 2006 - Determina que, para as Carteiras de Pescador Profissional, emitidas na condição de Registro Inicial, deverá ser considerada como data de 1º Registro do interessado aquela referente à data de expedição, contida no espaço indicado no formulário como "local e data". ([DOU 29/11/2006 – págs. 21 a 22](#))

Alteração: Instrução Normativa SEAP nº 17, de 30 de abril de 2008 ([DOU 6/5/2008 – pág. 3](#))

Instrução Normativa SEAP nº 17, de 30 de abril de 2008 – Determina procedimentos para os pescadores portadores de Carteira de Pescador Profissional emitida pela SEAP/PR que apresente alguma incorreção, até a emissão da nova Carteira. ([DOU 6/5/2008 – pág. 3](#))

Instrução Normativa MAPA nº 18, de 13 de maio de 2008 - Estabelece os procedimentos para importação de animais aquáticos para fins ornamentais e destinados à comercialização. ([DOU 14/5/2008 – pág. 13](#))

Instrução Normativa SEAP nº 18, de 18 de junho de 2008 - Estabelece procedimentos para a aplicação de medidas administrativas no âmbito do Registro Geral da Pesca. ([DOU 23/6/2008 – págs. 7 a 8](#))

Instrução Normativa MPA nº 7, de 24 de dezembro de 2009 - Dispõe sobre procedimentos para a revalidação das Carteiras de Pescador Profissional. ([DOU 28/12/2009 – pág. 23](#))

[Instrução Normativa MPA nº 14, de 9 de dezembro de 2010](#) - Estabelece os Procedimentos Gerais para realização de Análise de Risco de Importação - ARI, de pescado e derivados e de animais aquáticos, seus materiais de multiplicação, células, órgãos e tecidos considerando o impacto das importações na sanidade pesqueira e aquícola brasileira.

Instrução Normativa MPA nº 3, de 13 de abril de 2012 - Instituir a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura - Renaqua, responsável pela realização de diagnósticos e análises oficiais, bem como o desenvolvimento contínuo de novas metodologias analíticas. ([DOU 18/4/2012 – pág. 37 a 38](#))

Instrução Normativa MPA nº 5, de 13 de junho de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas e jurídicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira nas categorias de Pescador Amador, Organizador de Competição de Pesca Amadora e de Embarcações utilizadas na pesca amadora, no âmbito do MPA. ([DOU 16/6/2012 – págs. 44 a 52](#))

Alterações: Instrução Normativa MPA nº 6, de 19 de junho de 2013 ([DOU 20/6/2013 – pág. 62](#))

· Instrução Normativa MPA nº 1, de 4 de fevereiro de 2014 ([DOU 6/2/2014 – pág. 67](#))

· Instrução Normativa MPA nº 2, de 8 de janeiro de 2015 ([DOU 9/1/2015 – pág. 739](#))

Instrução Normativa MPA nº 10, de 30 de outubro de 2012 - Estabelece objetivos, diretrizes e critérios para acesso ao Programa de Revitalização da Frota Pesqueira Artesanal - REVITALIZA. ([DOU 31/10/2012 – págs. 68 a 70](#))

Instrução Normativa MPA nº 10, de 11 de julho de 2013 - Institui a Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária do Ministério da Pesca e Aquicultura - AquaEpi, responsável pelo suporte técnico e científico para definição e execução das políticas públicas do MPA em sanidade aquícola e pesqueira. ([DOU 12/7/2013 – pág. 165](#))

Instrução Normativa MPA nº 18, de 5 de novembro de 2013 - Estabelece as normas para habilitação de médicos veterinários que atuam no setor privado, referentes a realização de coletas e remessas de amostras oficiais para laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA), para fins de execução de atividades de defesa sanitária de animais aquáticos no âmbito de atuação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). ([DOU 6/11/2013 – pág. 48](#))

Instrução Normativa MPA nº 19, de 19 de novembro de 2013 - Estabelece critérios e procedimentos para a concessão de Licença para a venda de exemplares vivos de raias nativas de água continental, Família Potamotrygonidae, para fins de ornamentação e de aquariofilia. ([DOU 20/9/2013 – págs. 42 a 43](#))

Instrução Normativa MPA nº 5, de 26 de março de 2014 - Torna obrigatória, a toda embarcação pesqueira autorizada no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira, a posse à bordo das respectivas Autorizações de Pesca emitidas. ([DOU 27/3/2014 – pág. 31](#))

Instrução Normativa MPA nº 16, de 11 de agosto de 2014 - Estabelece critérios e procedimentos para concessão de autorização de captura de exemplares selvagens de organismos aquáticos para construção de plantel de reprodutores em empreendimentos de aquicultura. ([DOU 13/8/2014 – pág. 126](#))

Anexo: ([DOU 19/8/2014 – pág. 40](#))

Instrução Normativa MPA nº 22, de 11 de setembro de 2014 - Institui o Plano Nacional de Certificação Sanitária de Estabelecimentos de Aquicultura Produtores de Formas Jovens de Animais Aquáticos - "Plano Forma Jovem Segura". ([DOU 12/9/2014 – pág. 56](#))

Instrução Normativa MPA nº 23, de 11 de setembro de 2014 - Determina a obrigatoriedade da Guia de Trânsito Animal (GTA) para amparar o transporte de animais aquáticos vivos e matéria-prima de animais aquáticos provenientes de

estabelecimentos de aquicultura e destinados a estabelecimentos registrados em órgão oficial de inspeção e aprova o modelo de Boletim de Produção. ([DOU 16/9/2014 – pág. 49](#))

Anexo: [DOU 17/9/2014 – págs. 50-51](#)

Alteração: Instrução Normativa MPA nº 1, de 6 de janeiro de 2015 ([DOU 7/1/2015 – pág. 17](#))

Instrução Normativa MPA nº 29, de 22 de dezembro de 2014 - Institui o Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Embarcações Pesqueiras e Infraestruturas de Desembarque de Pescado - Embarque Nessa. ([DOU 23/12/2014 – págs. 52 a 54](#))

Alteração: Instrução Normativa MAPA nº 68, de 12 de dezembro de 2019 ([DOU 16/12/2019 - pág. 82](#))

Instrução Normativa MPA nº 30, de 30 de dezembro de 2014 - Institui o Programa Nacional de Monitoramento de Resistência a Antimicrobianos em Recursos Pesqueiros. ([DOU 2/1/2015 – págs. 82 a 83](#))

Instrução Normativa MPA nº 4, de 4 de fevereiro de 2015 - Institui o Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos de Cultivo - "Aquicultura com Sanidade". ([DOU 9/2/2015 – págs. 47 a 54](#))

Alteração: Instrução Normativa MPA nº 9, de 25 de agosto de 2015 ([DOU 26/8/2015 – pág. 33](#))

Retificação: [DOU 27/8/2015 – pág. 40](#)

Alterações: Instrução Normativa MPA nº 10, de 24 de setembro de 2015 ([DOU 28/9/2015 – pág. 36](#))

· Instrução Normativa MAPA nº 4, de 28 de fevereiro de 2019 ([DOU 6/3/2018 – págs. 2 a 3](#))

Instrução Normativa MAPA nº 3, de 7 de março de 2016 - Compete às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento analisar e decidir os requerimentos protocolados a partir da publicação desta Instrução Normativa, com vista a renovação de autorização de atividade pesqueira a que se refere o art. 8º, § 1º, do Decreto nº 8.425, de 31 de outubro de 2015, nos casos em que seja necessário verificar o Mapa de Bordo. ([DOU 8/3/2016 – pág. 2](#))

Instrução Normativa MAPA nº 21, de 31 de maio de 2017 - Aprova o Regulamento Técnico que fixa a identidade e as características de qualidade que deve apresentar o peixe congelado. ([DOU 7/6/2017 – págs. 5 a 6](#))

Instrução Normativa SDA/MAPA nº 2, de 27 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a análise de risco de importação de organismos aquáticos e seus derivados. ([DOU 28/9/2018 – pág. 15](#))

Retificação: [DOU 3/10/2018 – pág. 8](#)

INSTRUÇÕES NORMATIVAS - OUTRAS

Instrução Normativa Interministerial (SEAP, MMA, MP) nº 6, de 31 de maio de 2004 - Estabelece as normas complementares para a autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura. ([DOU 31/5/2004 – págs. 6 a 15](#))

Instrução Normativa Interministerial (MPA e MMA) nº 12, de 25 de outubro de 2011 - Estabelece normas gerais à pesca e no período de defeso para a bacia hidrográfica do rio Araguaia. ([DOU 26/10/2011 – págs. 124 a 126](#))

Alteração: Instrução Normativa Interministerial (MAPA e MMA) nº 10, de 3 de março de 2017 ([DOU 6/3/2017 – pág. 49](#))

Instrução Normativa Interministerial (MPA e MMA) nº 1, de 3 de janeiro de 2012 - Estabelece normas, critérios e padrões para a exploração de peixes nativos ou exóticos de águas continentais com finalidade ornamental ou de aquariofilia. ([DOU 4/1/2010 – págs. 26 a 42](#))

Retificação: Instrução Normativa Interministerial (MPA e MMA) nº 3, de 28 de fevereiro de 2012 ([DOU 29/2/2012 – pág. 55](#))

Alteração: Portaria SAP/MAPA nº 17, de 26 de janeiro de 2021 ([DOU 27/1/2021 – págs. 12 a 13](#))

Instrução Normativa Interministerial (MPA e MAPA) nº 4, de 30 de maio de 2014 - Estabelece a Nota Fiscal do pescado, proveniente da atividade de pesca ou de aquicultura, como documento hábil de comprovação da sua origem para fins de controle de trânsito de matéria-prima da fonte de produção para as indústrias beneficiadoras sob serviço de inspeção. ([DOU 2/6/2014 – pág. 22](#))

Instrução Normativa Interministerial (MPA e MMA) nº 6, de 17 de julho de 2014 - Estabelece, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar de 1º de janeiro de 2015, a moratória da pesca e comercialização da piracatinga (*Calophysus macropterus*) em águas jurisdicionais brasileiras e em todo território nacional. ([DOU 18/7/2014 – pág. 13](#))

Instrução Normativa INSS nº 83, de 18 de dezembro de 2015 - Estabelece procedimentos relativos ao Seguro-Desemprego devido aos pescadores profissionais artesanais, durante o período de defeso. ([DOU 21/12/2015 págs. 176 a 177](#))

Retificação: [DOU 23/12/2015 – pág. 137](#)

Instrução Normativa Interministerial (MAPA e MMA) nº 10, de 3 de março de 2017 - Estabelece o período de 1º de outubro a 31 de janeiro, como período de defeso da piracema, no Estado de Mato Grosso, nos rios das bacias hidrográficas dos rios Amazonas, Araguaia-Tocatins e Paraguai. ([DOU 6/3/2017 – pág. 49](#))

PORTARIAS - MMA/Ibama/ICMBIO

[Portaria Ibama nº 142, de 22 de dezembro de 1994](#) - Proíbe a introdução, a transferência, o cultivo e a comercialização de formas vivas de Bagre Africano e do Bagre do Canal, nas áreas abrangidas pelas bacias dos rios Amazonas e Paraguai.

[Portaria Ibama nº 8, de 2 de fevereiro de 1996](#) - Estabelece normas gerais para o exercício da pesca na bacia hidrográfica do Rio Amazonas.

[Portaria Ibama nº 145-N, de 29 de outubro de 1998](#) - Estabelece normas para a introdução, reintrodução e transferência de peixes, crustáceos, moluscos, e macrófitas aquáticas para fins de aquicultura, excluindo-se as espécies animais ornamentais.

Alteração: [Portaria Ibama nº 27, de 22 de maio de 2003](#).

[Portaria Ibama nº 11, de 30 de janeiro de 2004](#) - Cria o Grupo Técnico de Trabalho para monitorar, discutir, avaliar e propor medidas de ordenamento referentes à piracema na bacia hidrográfica do rio Paraguai.

[Portaria Ibama nº 83, de 6 de novembro de 2006](#) - Cria o Grupo de Trabalho-GT de Capturas Incidentais na Atividade Pesqueira.

[Portaria Ibama nº 48, de 25 de setembro de 2007](#) - Estabelece normas de pesca para o período de proteção à reprodução natural dos peixes, na bacia hidrográfica do rio Amazonas, nos rios da Ilha do Marajó, e na bacia hidrográfica dos rios Araguari, Flexal, Cassiporé, Calçoene, Cunani e Uaça no Estado do Amapá.

Retificações: [DOU 6/10/2008 – pág. 69](#) e [DOU 3/11/2008 – pág. 81](#)

Alteração: Instrução Normativa Interministerial (MAPA e MMA) nº 10, de 3 de março de 2017 ([DOU 6/3/2017 – pág. 49](#))

[Portaria Ibama nº 3, de 28 de janeiro de 2008](#) - Estabelece normas para o exercício da pesca na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

[Portaria MMA nº 144, de 21 de maio de 2008](#) - Institui o Grupo de Trabalho para o licenciamento ambiental aplicado ao uso dos recursos pesqueiros no Brasil.

Portaria ICMBio nº 198, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção, contemplando cinquenta e três espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão. ([DOU 20/6/2013 – pág. 81](#))

Portaria ICMBio nº 34, de 27 de maio de 2015 - Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna Aquática da Bacia do Rio São Francisco - PAN São Francisco contemplando oito espécies de peixes ameaçados de extinção e seis espécies de peixes quase ameaçadas, estabelecendo seu objetivo, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão. ([DOU 28/5/2015 – págs. 58 a 59](#))

Portaria MMA nº 75, de 26 de março de 2018 - Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Conectividade de Paisagens, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. ([DOU 28/3/2017 – pág. 160](#))

Portaria ICMBio nº 91, de 4 de fevereiro de 2020 - Dispõe sobre procedimentos para a realização da atividade de pesca esportiva em unidades de conservação federais administradas pelo ICMBio. ([DOU 5/2/2020 - págs. 40 a 42](#))

Portaria MMA nº 355, de 27 de janeiro de 2023 - Reconhece como passível de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca a espécie *Pseudoplatystoma corruscans*, de nome popular pintado ou surubim. ([DOU 30/1/2023 – pág. 73](#))

Portaria GM/MMA nº 949, de 17 de janeiro de 2024 - Institui o Grupo de Trabalho Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros - GT Gestão Compartilhada, de natureza consultiva, para subsidiar processos de regulamentação voltados à gestão compartilhada de recursos pesqueiros. ([DOU 19/1/2024 – pág. 40](#))

Portaria GM/MMA nº 1.271, de 2 de janeiro de 2025 - Institui o Comitê para subsidiar as avaliações e as recomendações de ações de conservação e manejo para recuperação das espécies pertencentes à Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos. ([DOU 6/1/2024 – pág. 73](#))

PORTARIAS - MAPA/SEAP/MPA/MDIC

Portaria MAPA nº 185, de 13 de maio de 1997 - Aprova o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Peixe Fresco (Inteiro e Eviscerado). ([DOU 19/5/1997 – págs. 10282 a 10283](#))

Portaria MPA nº 268, de 1º de agosto de 2012 - Aprova o modelo licença de pescador profissional artesanal, no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura. ([DOU 2/8/2012 – pág. 26](#))

Portaria MPA nº 39, de 23 de julho de 2012 - Publica o Formulário de Requerimento de Licença de Pescador Profissional, padrão, de que trata o art.4º, inciso I alínea a da Instrução Normativa nº 6, de junho de 2012. ([DOU 6/8/2012 – págs. 37 a 38](#))

Portaria MPA nº 373, de 27 de dezembro de 2012 - Aprova o Manual de Orientações do REVITALIZA, contendo o detalhamento dos critérios, fluxos e procedimentos obrigatórios para a emissão de anuência no âmbito do Programa de Revitalização da Frota Pesqueira Artesanal - REVITALIZA. ([DOU 28/12/2012 – pág. 97](#))

Portaria MPA nº 47, de 3 de junho de 2014 - Aprova o modelo do Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira na Categoria de Pescador Profissional Artesanal. ([DOU 7/7/2014 – pág. 13](#))

Portaria MPA nº 416, de 27 de novembro de 2014 - Disciplina as diretrizes para criação de Comitês dos Parques Aquícolas em Águas da União Continentais. ([DOU 28/11/2014 – págs. 97 a 98](#))

Portaria MPA nº 444, de 30 de dezembro de 2014 - Estabelece o escopo e as metodologias a serem aplicadas em peixes no Programa de Monitoramento de Resistência a Antimicrobianos em Recursos Pesqueiros. ([DOU 2/1/2015 – pág. 83](#))

Portaria MPA nº 19, de 4 de fevereiro de 2015 - Define a lista de doenças de notificação obrigatória de animais aquáticos ao Serviço Veterinário Oficial (SVO). ([DOU 9/2/2015 – pág. 54](#))

Retificação: [DOU 10/2/2015 – pág. 25](#)

Portaria MPA nº 344, de 13 de agosto de 2015 - Institui o Plano de Desenvolvimento da Aquicultura Brasileira 2015-2020, visando nortear os Programas e Ações do Ministério da Pesca e Aquicultura, objetivando o aumento da produção de pescado advindo da aquicultura. ([DOU 17/8/2015 – pág. 29](#))

Portaria MAPA nº 346, de 8 de fevereiro de 2017 - Aprova o Plano de Ação "Pescador Legal". ([DOU 9/2/2017 – pág. 12](#))

Portaria MAPA nº 822, de 12 de abril de 2017 - Regulamenta a emissão de Certificado de Registro e Autorização de Pesca de embarcação pesqueira, o qual passa a valer pelo período de 3(três) anos para autorização, contados a partir da data de expedição, conforme estabelecido no Decreto 8.967, de 23 de janeiro de 2017. ([DOU 4/5/2017 – pág. 3](#))

Retificação: [DOU 16/7/2018 – pág. 1](#)

Portaria SEAP nº 112, de 24 de julho de 2018 - Regulariza o Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, categoria Aquicultor, por meio de Autorização de Regularidade Provisória, para aqueles requerimentos que não são finalizados no Sistema Informatizado do RGP - SisRGP, até 31 de dezembro de 2018. ([DOU 30/7/2018 – pág. 7](#))

Portaria SEAP nº 402, de 27 de dezembro de 2018 - Regulariza o Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, categoria Embarcação Pesqueira, Armador de Pesca e Indústria Pesqueira. ([DOU 28/12/2018 – pág. 38](#))

Portaria SAP/MAPA nº 17, de 26 de janeiro de 2021 - Estabelece normas, critérios e padrões para o uso sustentável de peixes nativos de águas continentais, marinhas e estuarinas, com finalidade ornamental e de aquariofilia. ([DOU 27/1/2021 – págs. 12 a 13](#))

Portaria SAP/MAPA nº 387, de 9 de setembro de 2021 - Dispõe sobre a proibição da captura, transporte e comercialização da espécie *Gramma brasiliensis*, com finalidade ornamental e de aquariofilia, em todo o território brasileiro. ([DOU 10/9/2021 – pág. 3](#))

Portaria SAP/MAPA nº 410, de 8 de outubro de 2021 - Dispõe sobre a proibição da captura, do transporte e da comercialização da espécie *Hypancistrus* sp. L174, vulgarmente conhecida como acari-marrom, zebra-marrom, acari-zebra-marrom (família Loricariidae) com finalidade ornamental e de aquariofilia, em todo território nacional. ([DOU 13/10/2021 – pág. 24](#))

Portaria SAP/MAPA nº 412, de 8 de outubro de 2021 - Estabelece procedimentos complementares para a cessão de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura. ([DOU 13/10/2021 – pág. 27 a 37](#))
Alteração: Portaria MPA nº 550, de 3 de outubro de 2025 ([DOU 8/10/2025 – págs. 100 a 102](#))

Portaria MAPA nº 359, de 9 de dezembro de 2021 - Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Rede Nacional de Pesquisa e Monitoramento Ambiental da Aquicultura em Águas da União - Rede. ([DOU 10/12/2021 – págs. 5 a 6](#))

Portaria SAP/MAPA nº 516, de 31 de dezembro de 2021 - Regulamenta a Licença Temporária da Atividade Pesqueira, na categoria de Pescador Profissional Artesanal, até 31 de dezembro de 2022, ou até a finalização do Cadastramento Nacional dos Pescadores Profissionais, previsto na Portaria nº 270, de 29 de junho de 2021, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. ([DOU EE 31/12/2021 – págs. 1 a 2](#))

Portaria SAP/MAPA nº 616, de 8 de março de 2022 - Estabelece medidas de ordenamento e monitoramento para o exercício da pesca amadora ou esportiva em todo o território nacional. ([DOU 9/3/2022 – págs. 13 a 14](#))

Portaria MAPA nº 425, de 27 de abril de 2022 - Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Grupo de Trabalho Técnico com a finalidade de subsidiar a Secretaria de Aquicultura e Pesca, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura 2022-2032. ([DOU 28/4/2022 – págs. 1 a 2](#))

Portaria MPA nº 58, de 22 de maio de 2023 - Estabelece os procedimentos relacionados à gestão compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros, no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura. ([DOU 25/5/2023 – pág. 342](#))

Portaria MPA nº 127, de 29 de agosto de 2023 - Estabelece as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para o Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, para a concessão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional. ([DOU 30/8/2023 – págs. 75 a 80](#))

Alterações: Portaria MPA nº 336, de 22 de agosto de 2024 ([DOU 23/8/2024 – pág. 133](#))

. Portaria MPA nº 401, de 30 de dezembro de 2024 ([DOU 31/12/2024 – pág. 1126](#))

Portaria MPA nº 174, de 26 de dezembro de 2023 – Estabelece as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para inscrição de pessoa física ou jurídica no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria de Aquicultor, para concessão da Licença de Aquicultor e para o monitoramento da aquicultura. ([DOU 28/12/2023 – págs. 166 a 169](#))

Portaria MPA nº 177, de 27 de dezembro de 2024 - Estabelece, em caráter excepcional, improrrogável e precário, a prorrogação da validade das Autorizações de Pesca das embarcações inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, que atendam as condicionantes obrigatórias de operação nas águas jurisdicionais brasileiras e águas internacionais. ([DOU 29/12/2023 – pág. 828](#))

Portaria MPA nº 209, de 22 de março de 2024 - Estabelece o procedimento de atualização cadastral para a concessão de Licença na categoria de Aquicultor e Aquicultora, no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira. ([DOU 26/3/2024 – págs. 67 e 68](#))

Alteração: Portaria MPA nº 499, de 28 de julho de 2025 ([DOU 29/7/2025 –pág. 77](#))

Portaria MPA nº 269, de 11 de junho de 2024 - Institui, no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, o Fórum Nacional da Pesca Artesanal (FNPA). ([DOU 12/6/2024 – págs. 59](#))

Portaria MPA nº 285, de 18 de julho de 2024 - Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape), órgão colegiado vinculado ao Ministério da Pesca e Aquicultura. ([DOU 19/7/2024 – págs. 65 a 67](#))

Portaria MPA nº 360, de 21 de outubro de 2024 - Institui o Comitê de Conformidade da Pesca Nacional no âmbito do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca. ([DOU 22/10/2024 – pág. 90](#))

Portaria MPA nº 409, de 14 de janeiro de 2025 - Estabelece, no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, as normas, os critérios e os procedimentos para inscrição de pessoas jurídicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria empresa pesqueira. ([DOU 15/1/2025 – págs. 42 a 43](#))

Portaria MPA nº 478, de 3 de junho de 2025 - Institui o Comitê da Pesca Amadora e Esportiva no âmbito do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca. ([DOU 15/9/2025 – pág. 77](#))

Portaria MPA nº 302, de 5 de agosto de 2025 - Institui no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, o Grupo de Trabalho Mulheres da Pesca Artesanal - GT Mulheres da Pesca Artesanal, com a finalidade de apresentar propostas para a elaboração de políticas públicas voltadas às mulheres da pesca artesanal. ([DOU 7/8/2025 – pág. 67](#))

Portaria MPA nº 513, de 19 de agosto de 2025 - Institui o Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão, no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, consultivo e de caráter permanente, com o objetivo de transversalizar a igualdade de gênero e étnico-racial, a equidade e o respeito à diversidade na elaboração das políticas de pesca e aquicultura. ([DOU 22/8/2025 – pág. 76](#))

Portaria MPA nº 510, de 27 de agosto de 2025 - Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de articular e conduzir as atividades preparatórias e a participação do Ministério da Pesca e Aquicultura na 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação de Espécies Migratórias de Animais Silvestres. ([DOU 28/8/2025 – pág. 94](#))

Portaria MPA nº 532, de 23 de setembro de 2025 - Estabelece os nomes científicos e respectivos nomes comuns, para as principais espécies de peixes de interesse comercial destinados ao comércio nacional. ([DOU 24/9/2025 – págs. 68 a 74](#))

PORTARIAS - OUTRAS

Portaria MTE nº 547, de 11 de março de 2010 - Estabelece, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, o Cadastro Especial de Colônias de Pescados - CECP. ([DOU 12/3/2010 – páq. 100](#))

Portaria Interministerial (MPA e MMA) nº 4, de 11 de dezembro de 2012 - Aprova o Regimento Interno da Comissão Técnica da Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros - CTGP. ([DOU 12/12/2012 – págs. 31 a 32](#))

Portaria Interministerial (MCTI e MPA) nº 35, de 16 de janeiro de 2013 - Institui Comissão Técnica Interministerial de Ciência, Tecnologia e Inovação em Pesca e Aquicultura - CTPA, com a finalidade de estabelecer cooperação técnica e científica. ([DOU 17/1/2013 – págs. 6 a 7](#))

Portaria Interministerial (MPA e MMA) nº 10, de 1º de outubro de 2015 - Cria o Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul - CPG Centro Sul. ([DOU 2/10/2015 – págs. 27 a 28](#))

Portaria Interministerial (MPA e MMA) nº 11, de 1º de outubro de 2015 - Cria o Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins/Araguaia - CPG Norte. ([DOU 2/10/2015 – págs. 28 a 29](#))

Retificação: [DOU 6/10/2015 – pág. 20](#)

Portaria MTPS nº 600, de 10 de maio de 2016 - Dispõe sobre as atividades de recebimento, habilitação, processamento dos requerimentos e pagamento do benefício de Seguro-Desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional, categoria artesanal, por parte do Instituto Nacional do Seguro Social e do Ministério do Trabalho e Previdência Social. ([DOU 12/5/2016 – pág. 193](#))

Portaria Interministerial (MAPA e MMA) nº 50, de 10 de janeiro de 2017 - Institui o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de revisar e aprimorar o sistema de permissionamento de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros no Brasil. ([DOU 13/1/2017 – pág. 3](#))

Portaria SEAD/MAPA nº 523, de 24 de agosto de 2018 - Disciplina a emissão de declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). ([DOU 27/8/2018 – págs. 4 a 6](#))

Alterações: Portaria MAPA nº 1, de 29 de janeiro de 2019 ([DOU 30/1/2019 – pág. 2](#))
Portaria MAPA nº 128, de 4 de julho de 2019 ([DOU 5/7/2019 – pág. 4](#))

Portaria SEAD nº 663, de 19 de novembro de 2018 - Define procedimentos para a gestão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar para a Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. ([DOU 20/11/2018 – págs. 3 a 5](#))

Portaria Interministerial MMA/MAPA nº 218, de 10 de junho de 2021 - Institui Grupo de trabalho Interministerial (GTI) no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para avaliar e recomendar ações de conservação e uso sustentável para espécies pertencentes à Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos. ([DOU 16/6/2021 – pág. 228](#))

Portaria Conjunta SAP/MAPA - SPU/SEDDM/ME nº 396, de 16 de setembro de 2021 - Estabelece os procedimentos operacionais para a entrega e posterior autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, em atendimento às políticas públicas, programas e projetos do Governo Federal vinculadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. ([DOU 21/9/2021 – págs. 5 a 6](#))

Portaria Interministerial MPA/MMA nº 4, de 30 de junho de 2023 - Dispõe sobre a moratória da pesca e comercialização da espécie *Calophysus macropterus* (Piracatinga) em águas jurisdicionais brasileiras e em todo território nacional. ([DOU 7/7/2023 – pág. 92](#))

Portaria Interministerial MPA/MMA nº 15, de 6 de dezembro de 2024 - Estabelece as medidas, critérios e padrões referentes ao ordenamento da pesca do Pintado ou Surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*). ([DOU 12/12/2024 – pág. 125](#))

Portaria Interministerial MPA/MMA nº 16, de 18 de dezembro de 2024 - Estabelece os procedimentos para recepção da Declaração de Estoque dos recursos pesqueiros sujeitos ao defeso. ([DOU 18/12/2024 – págs. 259 a 260](#))

RESOLUÇÕES CONAMA

[Resolução nº 274, de 29 DE NOVEMBRO 2000](#) - Revisa os critérios de Balneabilidade em Águas Brasileiras.

[Resolução nº 357, de 17 de março de 2005](#) - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.

[Resolução nº 413, de 26 de junho de 2009](#) - Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura.

OUTRAS RESOLUÇÕES

[Resolução CFMV nº 1.165, de 11 de agosto de 2017](#) - Dispõe sobre Anotação de Responsabilidade Técnica e registro de profissionais e de estabelecimentos de cultivo e manutenção de organismos aquáticos.

Resolução CFBio nº 523, de 4 de setembro de 2019 - Dispõe sobre a atuação do Biólogo em Aquicultura. ([DOU 16/9/2019 - págs. 112 a 113](#))

Resolução Concea nº 61, de 2 de maio de 2023 - Dispõe sobre as condições que deverão ser observadas para a criação, a manutenção e a experimentação com peixes mantidos em instalações de instituições de ensino ou pesquisa científica. ([DOU 4/5/2023 – págs. 12 a 13](#))

Resolução Codefat nº 957, de 21 de setembro de 2022 - Dispõe sobre normas relativas à concessão, processamento e pagamento do benefício do Programa do Seguro-Desemprego, nos termos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, do §1º do art. 26 da Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015 e da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. ([DOU 23/9/2022 – págs. 122 a 126](#))

Alteração: Resolução Codefat nº 987, de 21 de novembro de 2023 ([DOU 22/11/2023 – pág. 93](#))